informações fipe

ISSN 1678-6335

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Nº 486 Março/2021

análise de conjuntura

Nível de Atividade — p. 3
VERA MARTINS DA SILVA

Vera Martins da Silva comenta os dados sobre a retração do produto em 2020, disponibilizados pelo IBGE, pormenorizando os diferentes resultados da agricultura, do setor de serviços e do setor industrial.

temas de economia aplicada

A Negociação Coletiva Explora Novos Caminhos — p. 8
HÉLIO ZYLBERSTAJN

Hélio Zylberstajn comenta uma série de mudanças observadas no Projeto Salariômetro sobre as negociações coletivas entre os trabalhadores e empresas, como o alargamento dos prazos de vigência de acordos coletivos e as mudanças no tocante às negociações de condições do teletrabalho.

Posição Ideológica dos Alunos da USP: Pesquisa Sobre Valores Socioeconômicos e Políticos — p. 16
MIAOFANG GUAN, MARISLEI NISHIJIMA

Miaofang Guan e Marislei Nishijima discutem pesquisa feita em 2020 com alunos da USP para o mapeamento de sua posição ideológica e opiniões sobre, dentre outros, o papel do governo na economia, igualdade, ordem social, apoio à democracia e políticas da China e a Covid-19.

Reflexões do Espaço-Tempo: Alguns Apontamentos Sobre o Financiamento da Integração Regional — p. 28
JOSÉ ALEX REGO SOARES

José Alex Rego Soares tece considerações sobre o papel das instituições de fomento na América Latina a partir de uma interpretação crítica do BID.

Liberdade *Versus* Estabilidade — p. 33
VICTOR CEZARINI, RAPHAEL WERNER

Victor Cezarini e Raphael Werner refletem sobre um capítulo de livro de Friedrich Hayek, construindo uma analogia com a atual sociedade brasileira, na qual muitos possuem como meta de vida a estabilidade de emprego.

O IGP-M e Suas Atuais Distorções no Mercado Imobiliário — p. 36
GABRIEL BRASIL

Gabriel Brasil discute as distorções causadas no Brasil pela utilização do IGP-M como índice de indexação dos aluguéis.

Perspectivas Para o Teto de Gasto, Resultado Primário e Dívida Pública — p. 39
GUILHERME TINOCO

Guilherme Tinoco discute as perspectivas para a política fiscal por meio da apresentação de projeções para o teto de gasto e principais variáveis fiscais.

Relatório de Indicadores Financeiros — p. 47
NEFIN-FEA-USP

O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, assim como o *dividend yield*, *short interest* e IVol-BR, utilizando dados brasileiros.

pesquisa na fea – Economia

p. 51

Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

economia & história

Conselheiro Tolentino, um Funcionário da Monarquia III — p. 54
RÔMULO MANZATTO

Rômulo Manzatto prossegue na discussão da trajetória de Antonio Nicolau Tolentino, respondendo, desta vez, à questão: no que a trajetória de um burocrata da monarquia brasileira pode nos interessar nos dias de hoje?

De Volta ao Café. Os cafeicultores de Ribeirão Preto na Crise de 1929 — p. 58
LUCIANA SUAREZ GALVÃO

Luciana Suarez Galvão faz algumas considerações sobre os efeitos da política de valorização do café implementadas no início do século XX no Brasil.

As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião da Fipe

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador
Simão Davi Silber (Presidente)
André Franco Montoro Filho
Andrea Sandro Calabi
Denisard C. de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
Hélio Nogueira da Cruz
José Carlos de Souza Santos
José Paulo Zeetano Chahad
Juarez A. Baldini Rizzieri

Diretoria
Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia Pallares Zockun
Diretora de Cursos
Vera Lucia Fava

Pós-Graduação
Márcio Issao Nakane
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto
Conselho Editorial
Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena G. Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

http://www.fipe.org.br

análise de conjuntura

Nível de Atividade: 2020, Um Ano de Retração Que Parece Não Ter Fim

Vera Martins da Silva (*)

Os resultados da economia brasileira em 2020 foram desastrosos, como esperado. Mesmo assim, o recuo das atividades foi menor do que o originalmente esperado, em parte porque os períodos de fechamento das atividades em função da pandemia da Covid-19 foram relativamente menores do que inicialmente imaginado, não sincronizados pelo território nacional e pelas medidas de suporte financeiro adotadas.

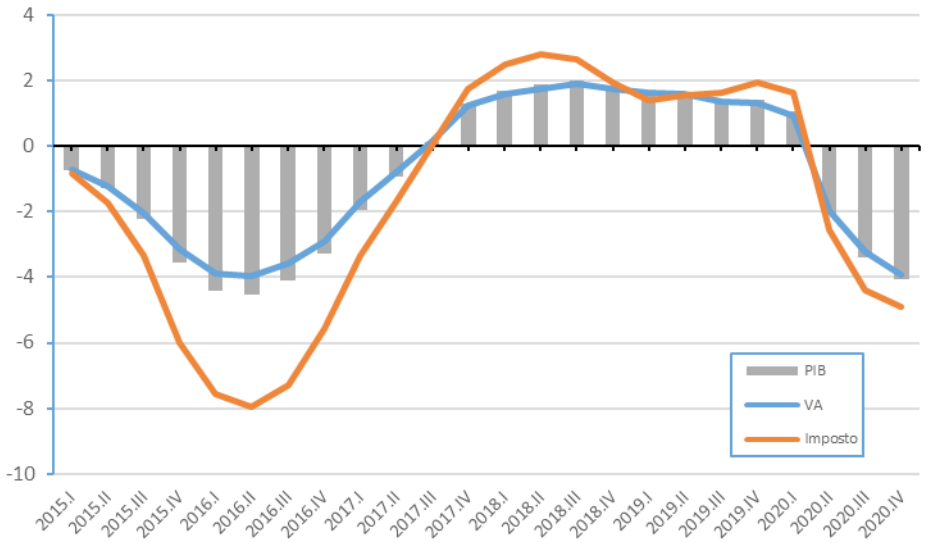
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a economia brasileira medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) teve uma queda de 4,1% em relação a 2019. A estimativa é de que o PIB foi de R$ 7.447,9 bilhões, dos quais R$ 6.440,8 bilhões se referem ao Valor Adicionado gerado na economia e R$ 1.007,1 bilhões referem-se aos Impostos Líquidos de Subsídios. A queda do PIB ocorreu pela queda de 3,9% do Valor Adicionado gerado a preços básicos e de 4,9% de Impostos Líquidos de Subsídios.

O pior desempenho do ano ocorreu no segundo trimestre de 2020, quando a queda em relação ao trimestre anterior foi estimada em 9,2%, depois de já ter caído 2,1% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2019. Ainda que em 2020 tenha ocorrido recuperação de 7,7% no terceiro trimestre, e de 3,2% no quarto trimestre, o tombo inicial foi muito forte e a recuperação insuficiente para recobrar o que se perdeu. Com a redução do PIB no ano de 2020 em relação ao ano anterior, o PIB *per capita* caiu 4,8% em termos reais – lembrando que o PIB *per capita* é calculado pelo IBGE como a relação entre o PIB anual e a estimativa da população residente no meio do ano de referência.

O Gráfico 1 apresenta a variação acumulada em quatro trimestres sobre período semelhante do ano anterior, do PIB e suas componentes, o Valor Adicionado e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios desde o primeiro trimestre de 2015, mostrando o período recessivo de 2015 e 2016, a recuperação entre 2017 e 2019 e o ano de 2020, de crises múltiplas, de saúde, econômica e social. E tudo indica que 2021 será mais um ano com crise na saúde por uma nova

onda de infecção pela Covid-19, colapso no sistema de saúde e a concomitante crise nas atividades econômicas. Contudo, para este ano, a previsão é de uma substancial redução de auxílio para pessoas e empresas, o que deve levar a uma retração econômica ainda mais intensa.

Gráfico 1 - Evolução do PIB, Valor Adicionado e Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Variação Acumulada em Quatro Trimestres sobre Mesmo Período do Ano Anterior. %



Fonte: Contas Nacionais/IBGE.

Setorialmente, a crise atingiu de forma mais acentuada o setor de Serviços, cuja queda no ano de 2020 foi estimada em 4,5%, seguida pela queda de 3,5% da Indústria. Apenas na Agropecuária houve crescimento de 2% em 2020 em relação ao ano anterior, especialmente pela expansão de 24,3% da produção de café e de 7,1% da soja.

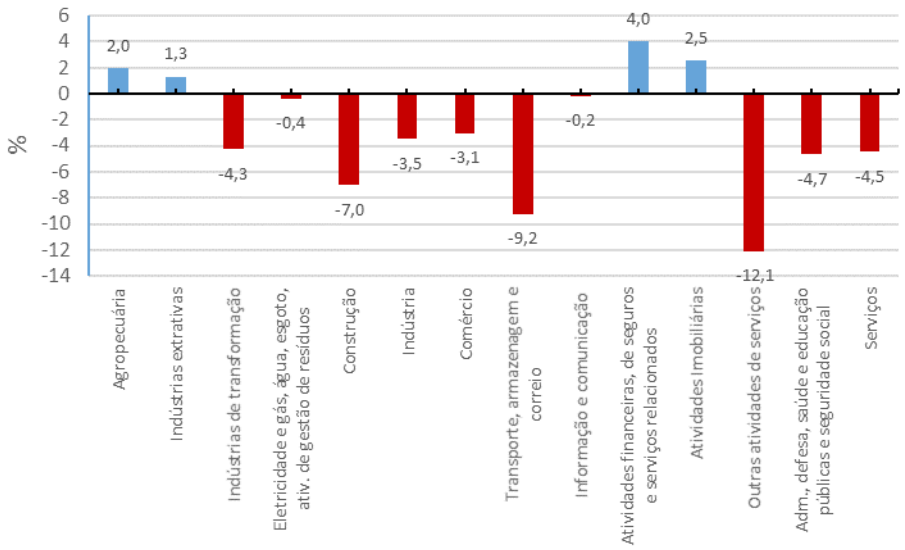
O setor mais impactado negativamente pela pandemia foi o de Serviços. Destacam-se as quedas na produção de Outras Atividades de Serviços (12,1%), que se referem a atividades destinadas às famílias, seguida de queda em Transporte, armazenagem e correio (9,2%), Administração, defesa, saúde, educação públicas e seguridade social (4,7%), Comércio (3,1%) e estagnação no setor de Informação e Comunicação. Mesmo no meio da intensa crise dos serviços, ainda assim cresceram os setores de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (4%) e de Atividades Imobiliárias (2,5%).

No caso da Indústria, o pior resultado foi a queda de 7% na Construção e de 4,3% nas Indústrias de Transformação, enquanto as atividades de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos apresentaram uma relativa estagnação, com redução de 0,4% em relação a 2019. Na área industrial, apenas as Indústrias Extrativas apresentaram crescimento de 1,3%, devido ao aumento da produção de petróleo e gás.

O Gráfico 2 exibe o resultado dos diversos setores econômicos entre 2019 e 2020, destacando-se as quedas expressivas de Outras Atividades de Serviços, de Transportes e da Construção e os resultados positivos nas Atividades Financeiras, Imobiliárias e da

Agropecuária. Cabe lembrar que há um descasamento entre as atividades imobiliárias de lançamento e administração de imóveis e da construção em si, além de também refletir em parte o fato de que, em períodos de baixas taxas de juros, há uma tendência de migração de recursos financeiros para a velha caderneta de poupança, fonte de financiamento habitacional.

Gráfico 2 - Desempenho dos Setores Produtivos Entre 2019 e 2020. (%)



Fonte: Contas Trimestrais/IBGE.

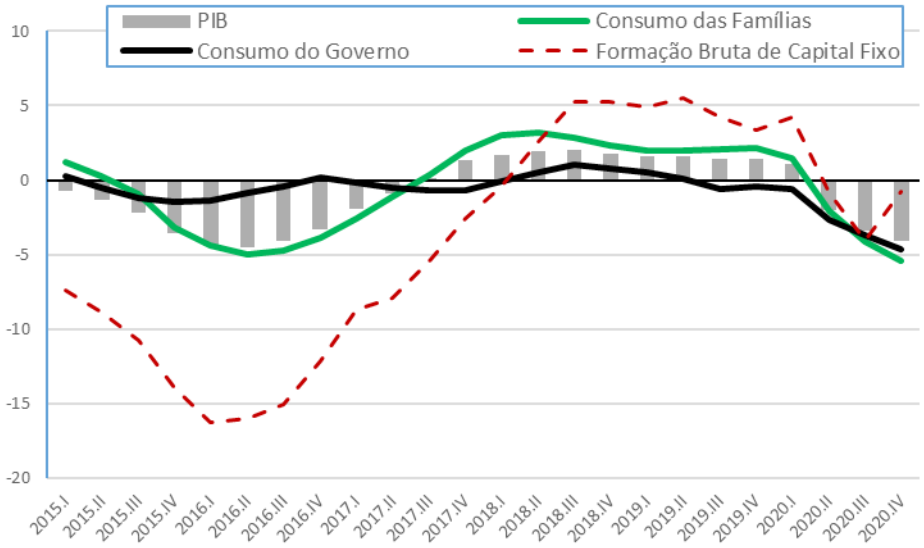
Pelo lado dos componentes da demanda, entre 2019 e 2020 houve uma significativa redução dos gastos de consumo, seu principal componente e que representava 83,2% do total em 2020. Isso ocorreu em função da paralisação de uma série de setores devido às regras de contenção da disseminação do coronavírus, que reduziram atividades econômicas e a ocupação da mão de obra. Com a crise na saúde, muitas atividades tiveram de se reinventar, passando de atividades presenciais para meios digitais, mas, mesmo assim, muitas atividades essencialmente presenciais simplesmente não aconteceram, em especial em setores ligados a serviços pessoais.

Relativamente a 2019, as Despesas de Consumo da Família tiveram queda de 5,5%, e as Despesas de Consumo do Governo apresentaram queda de 4,7%. Apesar dessas quedas significativas, os resultados sobre o consumo poderiam ter sido muito piores sem as ações de suporte à renda das famílias (o auxílio emergencial) e às empresas. Infelizmente, o auxílio emergencial, mesmo na sua forma mais limitada do final do ano de 2020, não foi prorrogado para 2021 enquanto a pandemia continuava destruindo vidas e negócios.

O Gráfico 3 apresenta os resultados do desempenho de quatro trimestres acumulados desde 2015 dos componentes da demanda, destacando-se a variação intensa da Formação Bruta de Capital Físico ao longo do período e a queda de todas as componentes da demanda em 2020 em relação a período semelhante do ano anterior.

Apesar de também ter caído em relação ao ano anterior, a Formação Bruta de Capital Físico apresentou queda muito mais suave do que as despesas de consumo (de apenas 0,8%). Essa redução foi semelhante entre as Despesas com Construção e as Despesas com Aquisição de Máquinas e Equipamentos. Ocorreu também um aumento do item Outros Componentes de Formação Bruta de Capital Fixo, com a ampliação de formação de estoques.

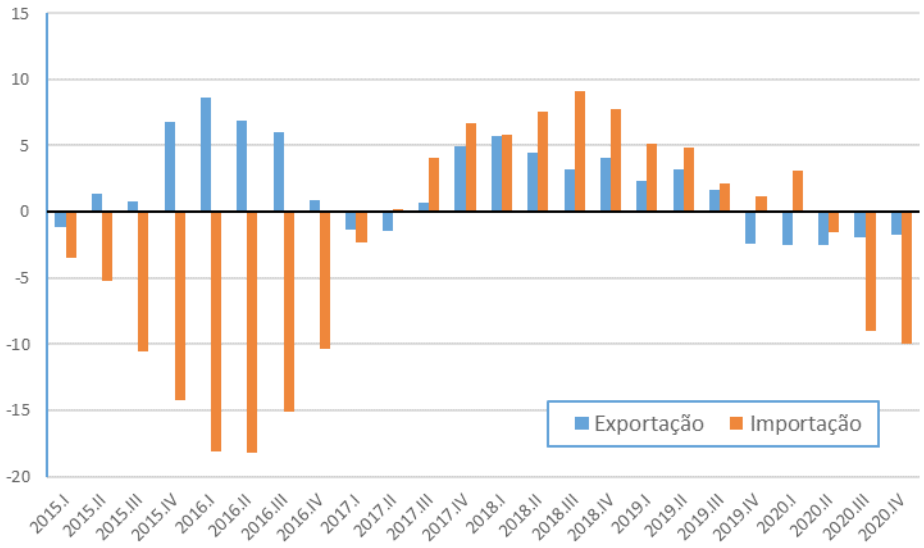
Gráfico 3 - Componentes da Demanda, 2015-I a 2020-IV. Variação Acumulada em Quatro Trimestres. %



Fonte: Contas Nacionais/IBGE.

Em relação ao setor externo, em 2020 ocorreu uma queda expressiva das Importações de Bens e Serviços em relação a 2019 (10%), enquanto as Exportações de Bens e Serviços caíram 1,8%. A queda das exportações já ocorria há cinco trimestres, desde o último trimestre de 2019, refletindo a crise que já se espalhava pelo mundo mesmo antes da declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde. A evolução das exportações e importações de bens e serviços pode ser vista no Gráfico 4, que mostra sua evolução desde o primeiro trimestre de 2015, destacando-se o caráter pró-cíclico das importações.

Gráfico 4 - Exportações e Importações de Bens e Serviços. Variação Acumulada em 4 Trimestres, 2015-I a 2020-IV. %



Fonte: Contas Nacionais/IBGE.

As perspectivas para 2021 são desanimadoras. Apesar de minorada a retração de 2020 pelo suporte financeiro do governo federal, para este ano o limite de R$ 44 bilhões referente ao auxílio emergencial para as pessoas indica a baixa preocupação do governo federal em atuar contra a tendência recessiva da pandemia sobre a economia. Ao contrário, seu foco está no retorno ao controle de despesas e do crescimento da dívida pública.

O problema é que a economia já vinha se arrastando desde a recessão de 2015/16, foi atropelada pela pandemia em 2020 e, do modo que as coisas estão acontecendo, com o repique da doença, é a própria economia que vai acabar na UTI, exigindo medidas de suporte. As indicações de economia em estado delicado já são evidentes: taxa de desocupação da força de trabalho de 13,9% no quarto trimestre de 2020, estagnação no volume produzido pela indústria de 0,4% e nos serviços de 0,6% em janeiro relativamente a dezembro de 2020, como também queda no volume do comércio de 0,2% relativamente a dezembro.

(*) Economista e Doutora pela FEA-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada

A Negociação Coletiva Explora Novos Caminhos

Hélio Zylberstajn (*)

1 Introdução

Neste texto, o autor se vale de um conjunto de informações sobre a negociação coletiva no Brasil e tenta oferecer uma leitura encadeada dos respectivos significados. Trata-se de cinco aspectos inovadores observados a partir do posto de observação proporcionado pelo Projeto Salariômetro: (a) aumento em 2021 da quantidade de episódios de negociações coletivas, aproximando-se do volume pré-reforma trabalhista; (b) tendência, ainda tênue, de alargamento do prazo de vigência de acordos coletivos e convenções coletivas; (c) um fato inusitado: na regulação do teletrabalho, a negociação chega antes da lei; (d) mesmo sem a renovação do programa, empresas e trabalhadores já negociam a manutenção de empregos, inclusive com aportes das empresas para compensar a perda de renda dos empregados atingidos; e (e) a assembleia sindical virtual e seu potencial de impacto sobre a qualidade das relações de trabalho.

Talvez o leitor se surpreenda com a interpretação aqui sugerida para o conjunto dos fatos. É possível que o autor tenha se deixado levar por otimismo exagerado, mas é possível que haja mesmo um encadeamento nos fatos e nos números selecionados. O leitor deverá decidir.

2 Retomada na Quantidade de Negociações

A Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467) alterou mais de 100 dispositivos da CLT e duas das alterações impactaram diretamente no conteúdo e no processo da negociação coletiva. Refiro-me (a) ao fim da obrigatoriedade do pagamento da Contribuição Sindical (o antigo Imposto Sindical) e (b) ao princípio da prevalência do negociado sobre o legislado.

2.1 Fim da Compulsoriedade da Contribuição

Antes da reforma, as empresas recolhiam, no mês de março, o valor equivalente ao salário de um dia de trabalho de todos os seus empregados, repassavam os recursos ao Governo e este os distribuía para sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. A regra valia tanto para sindicatos de trabalhadores quanto para sindicatos de empresas.1 A Reforma Trabalhista trouxe uma ameaça à

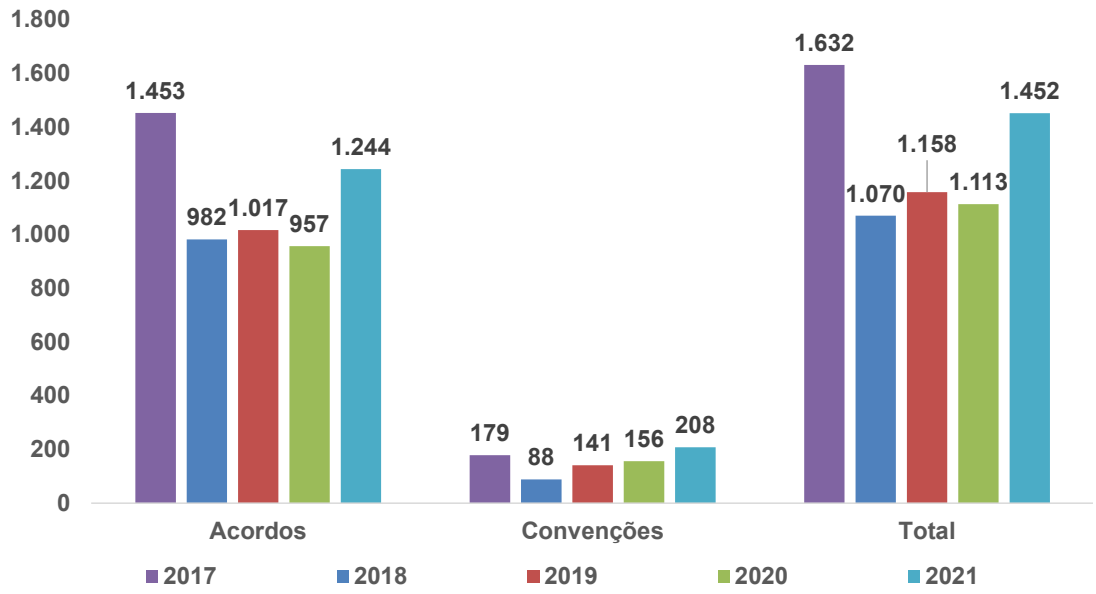
sobrevivência da maior parte dos sindicatos brasileiros. Para ocorrer o desconto no salário, o trabalhador tem que manifestar seu desejo de contribuir e o silêncio é entendido como recusa. Pouco representativos e distantes de suas bases, a maioria dos sindicatos nunca tinha vivenciado a necessidade de convencer seus representados a contribuir. Procuraram então a saída mais cômoda: transformaram a decisão de contribuir ou não contribuir em um item da pauta da assembleia sindical. Trouxeram o tema para um terreno mais confortável e transformaram a decisão individual em deliberação coletiva. Obtida a maioria, incluíram a cobrança compulsória na lista de reivindicações levada às empresas. Dessa forma, um tema que sempre passou ao largo se transformou em item difícil na mesa da negociação. Para a empresa, a concordância em descontar a contribuição de todos os empregados, sem ouvi-los individualmente, trazia uma insegurança jurídica. Por outro lado, a recusa implicaria impasse na negociação.

2.2 Prevalência do Negociado

Antes da Reforma Trabalhista, a iniciativa de apresentar pautas sempre partiu dos sindicatos de trabalhadores, que invariavelmente reivindicavam novos direitos e/ou ampliação de direitos já garantidos na legislação. Com a introdução da prevalência do negociado sobre o legislado, a Reforma subverteu a hierarquia das fontes dos direitos trabalhistas e criou espaço para pautas patronais. As empresas passaram a reivindicar redução de direitos e, obviamente, encontraram forte resistência sindical, que contribuiu para muitas situações de impasse.

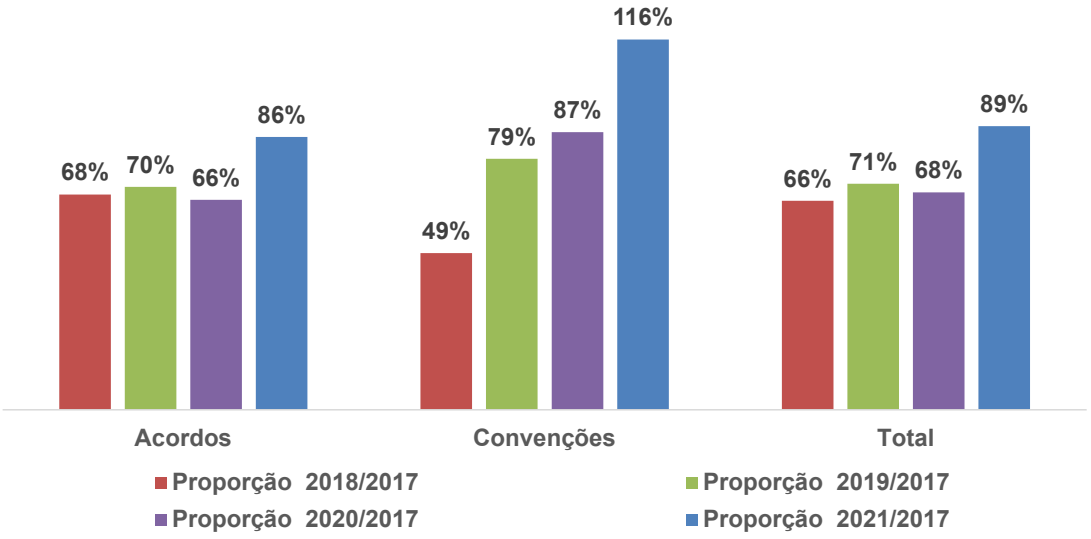
As duas alterações tornaram as negociações mais difíceis e trabalhosas e mudaram o clima na mesa de negociação. O ânimo para negociar arrefeceu e impasses se multiplicaram, às vezes por muitos meses. O resultado foi uma redução apreciável na quantidade de negociações, documentada nos Gráficos 1 e 2, a seguir.

Gráfico 1 – Negociações Concluídas em Janeiro e Fevereiro – 2017-2021 - Quantidades



Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe.

Gráfico 2 – Negociações Concluídas em Janeiro e Fevereiro – 2017-2021 - Proporções



Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe.

Os gráficos mostram que, depois de três anos com quantidades reduzidas em aproximadamente 30%, o volume de negociações de 2021 está voltando aos níveis pré-reforma, indicando que os atores da negociação coletiva podem estar se ajustando às modificações introduzidas pela Lei 13.967.

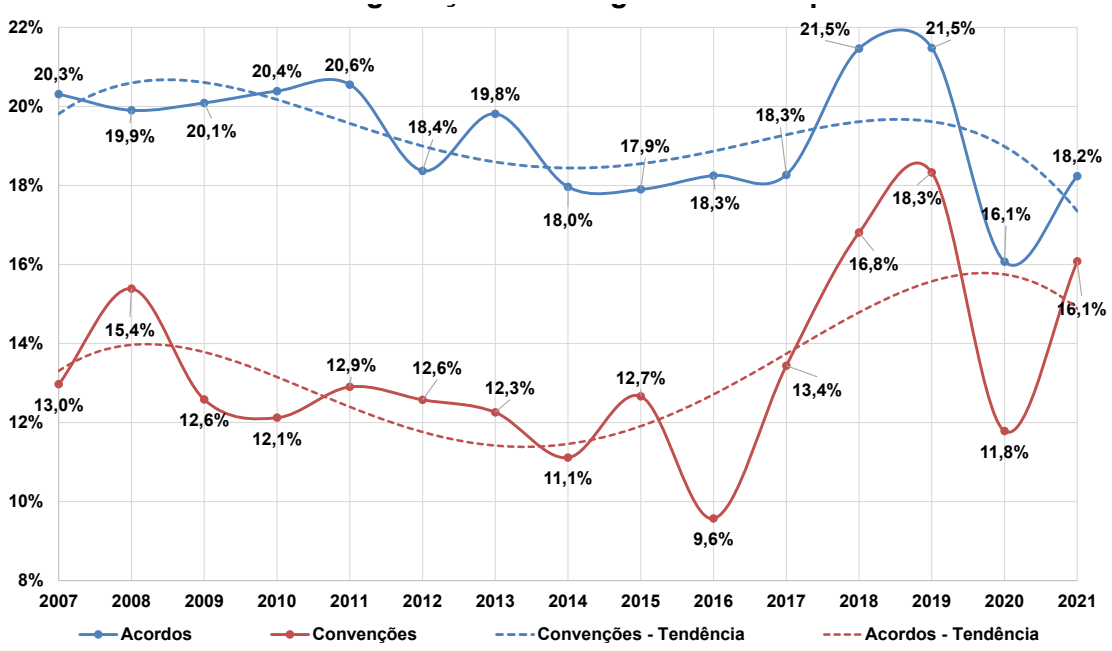
3 Negociando para o Longo Prazo

No Brasil, empresas e trabalhadores não têm o hábito de formalizar compromissos de longo prazo nas relações trabalhistas. A "data-base" é uma ideia que associa imediatamente o prazo de um ano ao instrumento negociado. As negociações se repetem a cada ano, a cada data-base, mesmo quando os conteúdos negociados não se modificam. O "copy-paste" é muito frequente e as partes muitas vezes mudam apenas a data.

É uma tradição de pouca eficiência. Se os conteúdos permanecem por muitos anos, por que as negociações precisam ser anuais? Por que não esticar a vigência dos instrumentos negociados? Deve haver um conjunto de causas que expliquem esse costume: baixo grau de confiança entre os dois lados da mesa de negociação, instabilidade econômica e insegurança jurídica podem ser algumas.

É possível que estejamos testemunhando uma mudança neste aspecto da negociação coletiva. O Gráfico 3 a seguir mostra que a partir de 2016 surge a tendência de crescimento na proporção de acordos coletivos e convenções coletivas com duração maior do que um ano. A tendência foi interrompida no ano passado, muito provavelmente devido à pandemia, que induziu a negociação de arranjos de curto prazo. Em 20212, porém, há uma retomada e a série volta a exibir a proporção crescente de vigências de longo prazo.

Gráfico 3 – Negociações com Vigência Maior que Um Ano



Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe.

4 Autorregulação do Teletrabalho

O teletrabalho emergiu ao longo da década passada e explodiu em 2020, com a pandemia da COVID-19. A necessidade do distanciamento social obrigou empresas privadas e instituições públicas a transferir apressadamente os empregados para suas respectivas casas e o trabalho de escritório passou a ser feito a distância, em grande escala. A pandemia alterou radicalmente as condições de trabalho para uma parcela apreciável da força de trabalho, criando imediatamente a necessidade de ajustar a regulamentação do trabalho à nova situação.

Há no Congresso Nacional diversos projetos de lei que pretendem regular o teletrabalho. A maioria deles é detalhada e paternalista, repetindo nossa tradição de tentar prever na lei todas as situações e proteger os trabalhadores de todos os inconvenientes e ameaças que a nova situação poderia criar. Mas, enquanto os projetos não são apreciados, empresas e sindicatos estão autorregulando o teletrabalho pela via da negociação coletiva. A Tabela 1 a seguir mostra o avanço da negociação e o grau de proteção que já é oferecido no teletrabalho, que já cobre três aspectos: condições de trabalho, benefícios e temas sindicais.

Tabela 1 - Regulamentação do Teletrabalho pela Negociação Coletiva

Cláusulas negociadas – presença nos instrumentos negociados	2019	2020	2021*	2019 a 2021
Condições de trabalho				
Equipamentos fornecidos pelo empregador	31,1%	26,3%	15,8%	26,9%
Prevenção e promoção da saúde ocupacional	3,5%	7,8%	10,5%	7,0%
Controle de jornada	2,1%	6,9%	7,5%	6,0%
Preservação da confidencialidade	1,6%	6,1%	3,0%	5,1%
Direito a desconexão após a jornada	0,5%	3,7%	3,0%	3,1%
Treinamento	0,5%	1,6%	2,3%	1,4%
Benefícios				
Ajuda de custo para manutenção/operação do equipamento	19,0%	22,5%	17,3%	19,2%
Direitos idênticos aos dos trabalhadores presenciais	2,1%	8,2%	1,5%	6,8%
Auxílio-refeição e alimentação	2,0%	3,2%	7,5%	3,1%
Auxílio-creche	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Ajuda de custo - valor mediano	R$ 100	R$ 100	R$ 85	R$ 100
Ajuda de custo - valor médio	R$ 73	R$ 123	R$ 248	R$ 127
Assuntos sindicais				
Manutenção do enquadramento sindical	3,9%	1,5%	1,5%	2,0%
Total de Instrumentos Home Office	**1024**	**4012**	**133**	**5169**

* Os dados de 2021 se referem apenas aos instrumentos disponibilizados em janeiro e fevereiro.
Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe.

No grupo de condições de trabalho, encontra-se a cláusula com maior presença nas negociações, a que dispõe sobre o fornecimento dos equipamentos pelo empregador. Em 2019, estava presente em quase 1/3 dos instrumentos negociados, mas a proporção se reduziu nos dois anos seguintes. As outras cláusulas deste grupo têm presença crescente ao longo do período. Quanto aos benefícios, nota-se igualmente crescimento na presença destes itens, sendo o mais comum a ajuda de custo para a manutenção dos equipamentos. Neste grupo, há uma cláusula que está sendo gradualmente abandonada: a garantia de direitos idênticos aos empregados em regime de teletrabalho. Talvez houvesse receio de que trabalhadores em teletrabalho pudessem ser classificados em outra categoria e perdessem os direitos assegurados. A redução na presença dessa cláusula pode indicar que o receio inicial deixou de se justificar. Finalmente, há uma cláusula tipicamente sindical, a manutenção do enquadramento, que também está sendo abandonada.

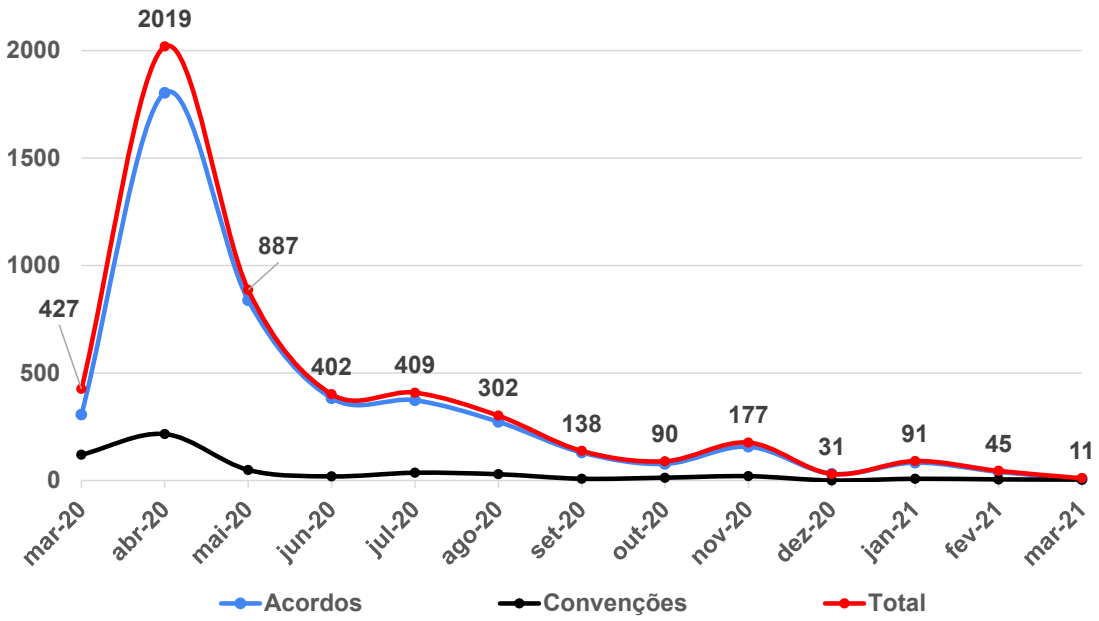
A Tabela 1 documenta a adequação da negociação coletiva como instrumento para regulamentar o teletrabalho, com conteúdo detalhado e abrangência crescente. É provavelmente o primeiro caso no Brasil em que a negociação precede a legislação e os resultados parecem promissores.

5 Negociação Coletiva da Manutenção do Emprego

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, criado pela MP 936, mais tarde convertida na

Lei 14.020/2020, preservou 9,8 milhões de empregos por meio de acordos individuais.3 Além dos acordos individuais, o programa admitiu a utilização de negociação coletiva com o mesmo objetivo. O Gráfico 4 mostra a evolução da quantidade de negociações para a preservação de empregos, durante a pandemia. Note-se que mesmo depois de terminada a vigência da Lei 14.020, empresas e trabalhadores continuaram a negociar para manter empregos. Quando este texto foi fechado (24/03/2021), o Salariômetro registrava 4.882 negociações ocorridas entre março e dezembro de 2020 e 147 entre janeiro e março de 2021.

Gráfico 4 – Negociações Coletivas Para Manutenção do Emprego



Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe.

Devido à dificuldade para obter o número de empregos preservados na negociação coletiva, este lado do programa não tem recebido muito destaque. A Tabela 2 a seguir mostra que a negociação coletiva contribuiu para preservar muitos empregos, não incluídos nas estatísticas referentes aos acordos individuais. Apresenta a quantidade de empregos preservados pela negociação de acordos coletivos, apenas. Foi construída associando o CNPJ das empresas que foram partes nos acordos coletivos ao respectivo número de vínculos, indicados na RAIS/2018. Infelizmente, ainda não foi possível incluir os empregos preservados por meio de convenções coletivas porque, nestes casos, não se dispõe do CNPJ das empresas cobertas.

Tabela 2

Variáveis	2020	2021
1. Acordos no Salariômetro	4.389	188
2. Empresas na RAIS/2018	4.135	174
3. Vínculos encontrados na RAIS	953.676	84.672
4. Número médio de vínculos encontrados por empresa	231	487
5. Número de vínculos presumidos	**1.012.257**	**91.485**

Nem todas as empresas cujos acordos fazem parte do banco de dados do Salariômetro (linha 1 da Tabela 2) foram encontradas na RAIS/2018 (linha 2). Para as empresas encontradas na RAIS foram considerados os empregos informados (vínculos em 31/12/2018, linha 3). Dividiu-se então a quantidade de empregos pelo correspondente número de empresas (linha 3 dividida por linha 2) para se obter o número médio de empregos das empresas (linha 4) e multiplicou-se este resultado pelo número total de empresas, obtendo-se o total presumido de empregos preservados (linha 5). Com este procedimento, estimou-se a quantidade de empregos mantidos em 2021 – 1.012.257 – e em 2021 – 91.485 (número preliminar; refere-se aos dados existentes até o fechamento deste texto). Finalmente, verifica-se que o tamanho médio das empresas que fecharam acordos em 2021 é 111% maior que o tamanho médio de 2020 (respectivamente, 487 e 231).

O governo pretende renovar o programa de manutenção de empregos, mas ainda não tinha editado a MP quando do fechamento deste texto. Mesmo com o fim da vigência do programa, empresas e sindicatos de trabalhadores continuaram negociando coletivamente para preservar empregos nos primeiros meses de 2021. A Tabela 2 mostra que, considerando apenas acordos coletivos, em 2021 já se preservou o equivalente a 9% dos empregos preservados em 2020.

De acordo com o Boletim Salariômetro de março/2021,4 47% dos acordos coletivos de preservação de emprego de 2021 contêm uma cláusula de ajuda compensatória, a cargo das próprias empresas. Portanto, a Tabela 2 indica que, em 2021, mesmo sem o aporte de recursos governamentais, aproximadamente 85 empresas estão bancando com recursos próprios o auxílio emergencial para compensar as perdas de renda dos empregados atingidos.

6 Assembleias Virtuais

A seção 4 abordou uma das consequências da pandemia da COVID-19, a explosão do teletrabalho, causada pelo afastamento social, e discutiu os impactos no conteúdo da negociação coletiva. Além desse impacto, o afastamento social tem provocado mudanças significativas na participação dos trabalhadores na vida sindical. Diante da impossibilidade de promover reuniões presenciais, as entidades sindicais estão utilizando a tecnologia para organizar e promover suas assembleias. Mais do que a mudança tecnológica, a assembleia virtual tem criado situações inteiramente novas e desafiadoras, tanto para as lideranças sindicais como para as próprias empresas.

A primeira transformação criada pela assembleia virtual é o espantoso aumento no quórum das assembleias. Salvo as exceções representadas pelos sindicatos mais combativos e representativos, a assembleia do sindicato dificilmente conta com participação maciça dos trabalhadores representados. Com a participação remota, os membros da categoria passaram a comparecer às assembleias em grande número. O autor deste texto verificou um exemplo concreto dessa transformação, no caso do maior sindicato do setor privado brasileiro, o dos comerciários da cidade de São Paulo.

Este sindicato representa centenas de milhares de trabalhadores, distribuídos em milhares de empresas de todos os tamanhos e negocia milhares de acordos coletivos na sua base territorial. Em uma base tão grande e tão dispersa é sempre difícil reunir traba-

lhadores em proporções representativas. Mas com a assembleia virtual, a situação mudou. O autor examinou registros de presença de assembleias de 48 empresas, que empregam 9.060 trabalhadores. O total de comparecimentos foi de 6.716, equivalente ao quórum médio de 74%.

O alto nível de participação nas assembleias tende a criar uma situação inteiramente nova e desafiadora para toda a liderança sindical. Para manter sua credibilidade diante de trabalhadores mais participativos, terá que adotar condutas transparentes e responsáveis diante das plateias renovadas e expandidas. Se essa mudança acontecer, terá que ser acompanhada de mudança simétrica na gestão das empresas. Os gestores serão desafiados a levar mais em conta as percepções e as necessidades dos colaboradores, e, para tanto, precisarão de instrumentos e programas de comunicação que os capacitem a se aproximar e a informar seus colaboradores sobre as posições e políticas empresariais. Se essa evolução se verificar, o processo da negociação coletiva tende a ficar mais transparente e acessível aos maiores interessados.

7 Considerações Finais

As seções anteriores procuraram mostrar que há novidades no ar e que, somadas, indicam provavelmente a ocorrência de transformações importantes nas relações de trabalho. O ressurgimento da negociação coletiva, tanto em quantidade quanto em conteúdo e processos aponta para um possível ajuste das partes às mudanças provocadas pela Reforma Trabalhista de 2017. Segundo, talvez uma decorrência, aparentemente está emergindo uma tendência de alongamento do prazo de vigência dos acordos e das convenções. A ênfase de agentes econômicos no longo prazo é surpreendente na conjuntura asfixiante da pandemia, mas se se confirmar será coerente com as transformações aqui apontadas. Uma inovação importante pelo seu significado simbólico é a negociação das condições do teletrabalho. É a afirmação da negociação coletiva como mecanismo de regulação, pela primeira vez chegando antes da legislação. No mínimo, servirá para balizar a lei, quando e se o Congresso estiver pronto para deliberar sobre o tema. Teremos, então, invertido o processo brasileiro de regulação. Na mesma linha de afirmação da negociação coletiva, estamos observando empresas e trabalhadores negociando a manutenção do emprego, mesmo sem o apoio do governo. As partes parecem preferir o entendimento, mesmo com perdas recíprocas, provavelmente porque sabem que o capital humano é caro para ser acumulado, mais caro que as concessões de momento. Parecem preferir estar preparadas para aproveitar a oportunidade quando a recuperação da economia vier. De novo, é a percepção do longo prazo. Talvez a mãe das mudanças seja a assembleia sindical virtual porque pode transformar as audiências cativas e inertes anteriores à reforma trabalhista em grupos participativos e críticos, capazes – quem sabe? – de provocar profunda mudança na qualidade da representação sindical e da gestão das relações de trabalho nas empresas.

1 Para os sindicatos patronais o valor da contribuição depende do capital social da respectiva empresa.

2 Os dados de 2021 se referem apenas aos instrumentos disponibilizados em janeiro e fevereiro.

3 Ver em https://servicos.mte.gov.br/bem/

4 Ver em http://salariometro.fipe.org.br/assets/boletins/pdfs/boletim_2021_03.pdf

(*) Professor Sênior da FEA/USP e Coordenador do Projeto Salariômetro da Fipe. (E-mail: hzy@hzy.com.br).

Posição Ideológica dos Alunos da USP: Pesquisa sobre Valores Socioeconômicos e Políticos

Miaofang Guan (*)
Marislei Nishijima (**)

1 Introdução

Ideologia de esquerda-direita, conceito que reflete um sistema de valores dos indivíduos, é um dos temas mais discutidos nas ciências sociais. Os estudantes universitários são considerados um grupo importante em uma sociedade, uma vez que compõem os prováveis futuros líderes e elite em muitas áreas. Deste modo, investigar suas posições ideológicas sobre questões socioeconômicas e políticas é importante na medida em que pode sinalizar o futuro de formação de opinião pública em seus países.

Entretanto, a literatura argumenta que as instituições de ensino superior se tornaram um reduto da ideologia de esquerda, resultado de doutrinação e discriminação ideológica (HOROWITZ, 2009; KLEIN; STERN; WESTERN, 2005). Várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa mostraram que as universidades em geral têm tendência à esquerda, especialmente nas áreas de Humanas e Ciências Sociais (CARDIFF; KLEIN, 2005; GROSS, 2013; LANGBERT, 2018; MARIANI; HEWITT, 2008; ZIPP; FENWICK, 2006). Entretanto, estes mesmos autores apontam que a cultura de esquerda nas universidades é definida por vários fatores mais relacionados às diferenças fundamentais entre esquerda e direita e não deve ser atribuída meramente ao resultado de doutrinação (GROSS, 2013; SOSA, 2007).

Poucos estudos empíricos sobre investigações ideológicas junto a estudantes universitários foram realizados em países em desenvolvimento. Assim, esta pesquisa busca reduzir essa lacuna por meio de uma investigação entre os estudantes da Universidade de São Paulo (USP), a maior universidade do país em número de alunos e posicionada entre as melhores da América Latina em vários *rankings*. Os resultados do estudo apontam para uma tendência semelhante à encontrada pela literatura em países desenvolvidos: existem mais estudantes que se identificam com a esquerda do que com a direita; porém, há heterogeneidades entre as diferentes áreas de conhecimentos. Além disso, o estudo sugere que as opiniões dos alunos são mais homogêneas quando se trata de assuntos sociais, especialmente no que se refere às questões sobre aborto e comportamento LGBT. Quando se refere às questões econômicas, embora os alunos tendam a preferir um papel do Estado mais ampliado, apresentam um maior grau de aceite aos valores liberais do que quando comparado aos outros aspectos investigados, tais como política e segurança. Além disso, na questão política, os resultados indicam uma tendência pró-democracia e, ao mesmo tempo, certa tolerância para o regime centralizado da China.

2 Ideologia de Esquerda-Direita: Conceitos e Debates

A conotação política de esquerda e direita data da Revolução Francesa, quando figurativamente os defensores da liberdade se posicionaram ao lado esquerdo da assembleia enquanto os legalistas ficaram posicionados ao lado direito. Mais tarde, esses dois grupos, respectivamente, foram denominados liberais e conservadores. No final do século 18, a ascensão do socialismo posicionou a esquerda não socialista – o liberalismo com valor de *Laissez-faire* – à direita. Isso se consolidou na década de

1930, quando o surgimento do keynesianismo e dos estados de bem-estar reforçaram a oposição entre liberdade de mercado e intervenção estatal (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Desse modo, os termos contemporâneos de esquerda e direita, conforme Bobbio (1996), têm feito a diferença na visão sobre a desigualdade: enquanto a direita a concebe como um estado natural, portanto, difícil e desnecessário de erradicar, a esquerda acredita que a desigualdade foi socialmente construída e é um alvo para uma mudança social progressiva. No mundo político moderno, os debates entre esquerda e direita ancorados em torno da desigualdade se refletem na divisão entre Estado e mercado. Mais especificamente, entre aqueles que defendem a igualdade social por meio de um papel governamental em termos de nacionalização, redistribuição, e de política de bem-estar e aqueles que são favoráveis à manutenção de incentivos ao esforço individual por meio da liberalização do mercado, estímulo à competição, à manutenção de baixos impostos e pequeno papel do Estado (NOEL; THERIEN, 2008).

A ascensão do pós-materialismo desde meados do século XX expandiu a atenção das pessoas sobre as questões econômicas para o sistema normativo, articulado na forma de movimentos sociais por mulheres, comunidades étnicas, minorias sexuais e outros grupos sociais que passaram a exigir reconhecimento, respeito e igualdade (BOBBIO, 1996; NOEL; THERIEN, 2008). Nessas circunstâncias, os indivíduos com ideologias mais à esquerda, geralmente autoidentificados como defensores dos vulneráveis, são os mais propensos a adotar políticas de inclusão social, tais como o sistema de cotas, e a apoiar políticas liberais, como por exemplo, casamento entre pessoas do mesmo sexo e aborto. Já os indivíduos localizados mais ideologicamente à direita, em defesa da ordem social e dos valores tradicionais (às vezes religiosos), geralmente demonstram maior rigidez contra criminosos, beneficiários da previdência, imigrantes ilegais e minorias sexuais (BOBBIO, 1996; MARQUES, 2019; NOEL; THERIEN, 2008).

Atualmente muitos pesquisadores acreditam que o rótulo esquerda-direita opera como um atalho informativo, uma vez que fornece aos indivíduos uma orientação para entender os termos políticos e socioeconômicos, e ao mesmo tempo oferece aos políticos um meio de comunicação com o eleitorado (FREIRE; KIVISTIK, 2013; FUCHS; KLINGEMANN, 1990). No Brasil, entretanto, ainda persistem o clientelismo e o personalismo político (LUCAS; SAMUELS, 2010; TELLES; STORNI, 2011). Alguns pesquisadores argumentam que falta uma identificação coerente e sólida da ideologia esquerda-direita entre o público brasileiro (AMES; SMITH, 2010; HOLZHACKER; BALBACHEVSKY, 2007; MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018). Outros, entretanto, acreditam que os brasileiros possuem um conhecimento abstrato suficiente do significado esquerda-direita que lhes permite um adequado posicionamento na escala ideológica, o qual, mesmo que não estruturado, reflete seu sistema de crenças (CARREIRÃO, 2002; SINGER, 1999). Entretanto, a literatura aponta que brasileiros mais educados demonstram não só melhor habilidade da autoidentificação no espectro de esquerda e direita, mas também uma melhor compreensão dos termos (CARREIRÃO, 2002; FREIRE; KIVISTIK, 2013; FUCHS; KLINGEMANN, 1990; OLIVEIRA; TURGEON, 2015).

3 Ideologia na Universidade: Ausência de Diversidade?

Desde que o candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, foi eleito para a presidência em 2018, apresentou um histórico constante de críticas às universidades brasileiras sob a alegação de que estas foram tomadas pela ideologia de esquerda. De acordo com seus discursos, as universidades são “redutos de esquerdistas”1 e os alunos em ambiente acadêmico estão sendo “massacrados pela ideologia de esquerda”2

Deve-se notar, entretanto, que as discussões sobre as universidades serem super-representadas pela esquerda não constitui um fenôme-

no local; ocorre também em outras regiões do mundo como na Europa e na América do Norte, onde muitos estudos foram realizados para investigar inclusive a posição ideológica dos professores da universidade (KLEIN; STERN; WESTERN, 2005; MARIANI; HEWITT, 2008; WERFHORST, 2020). Klein *et al*. (2005) estudaram a diversidade política de seis disciplinas na grande área de Humanas e de Ciências Sociais nos Estados Unidos usando informações referentes ao ano de 2003. Seus resultados apontam para uma maioria esmagadora e monolítica de professores que apoia o Partido Democrata, enquanto os apoiadores dos Republicanos, conservadores e libertários constituem uma minoria marginalizada. Os resultados também mostram que mesmo em disciplina menos desequilibrada – Economia – a proporção de democratas e republicanos é de 3: 1, e na disciplina mais desproporcional – Antropologia – a proporção é de 30: 1. Esses pesquisadores acreditam que o fenômeno seja preocupante porque representa uma falta de diversidade política nas universidades.

No entanto, o estudo de Klein *et al.* (2005) possui limitações por conta de sua amostra, pois informações restritas às áreas de Humanas e Ciências Sociais não permitem generalizar o resultado sobre ideologia para as universidades em geral. Isso porque existe um consenso de que estas áreas são mais localizadas à esquerda.

Estudos sobre estudantes de universidades dos Estados Unidos que incluíram uma gama mais ampla de disciplinas mostram que existem divergências entre as diferentes áreas do conhecimento e, curiosamente, embora as amostras e métodos de análise usados por diferentes estudiosos não fossem os mesmos, todos eles mostram um padrão muito semelhante em termos de proporção esquerda-direita em diferentes disciplinas, o que sugere robustez nos resultados obtidos. Em geral, os professores universitários tendem a ser mais à esquerda do que à direita, porém os das disciplinas que se dedicam aos conhecimentos aplicados são mais enviesados à direita, como Economia, Ciência da Computação e Engenharia. Já os professores das disciplinas que possuem conhecimentos abstratos são inclinados à esquerda, como Antropologia, Sociologia, Ciências Exatas, Meio Ambiente e Biologia (CARDIFF; KLEIN, 2005; GROSS, 2013; LANGBERT, 2018; MARIANI; HEWITT, 2008; ZIPP; FENWICK, 2006). Na Europa, de acordo com Werfhorst (2020), os professores formados em Ciências Humanas são mais à esquerda e liberais na maioria dos indicadores, mas esse não é o caso para os formadores das Ciências Sociais.

Alguns pesquisadores temem que o desequilíbrio ideológico possa discriminar alunos e professores conservadores no ambiente acadêmico (KLEIN; STERN; WESTERN, 2005; MARIANI; HEWITT, 2008); alguns chegam a chamar a universidade de um lugar de "doutrinação" (HOROWITZ, 2009), onde a esquerda espalhou propagandas ideológicas para os estudantes. No entanto, esses críticos foram considerados infundados (WERFHORST, 2020).

Existem várias discussões sobre por que os professores nas universidades se localizam no espectro mais esquerdo da ideologia, especialmente nas ciências humanas e sociais. Muitos pesquisadores acreditam que a diferença fundamental dos valores esquerda-direita condiciona as escolhas dos alunos sobre suas carreiras. Uma das hipóteses mais adotadas é a da autosseleção. Sosa (2007) sugere que, em relação a suas contrapartes liberais, os conservadores são simultaneamente mais voltados para a família, menos interessados em escrever obras originais, mais focados no sucesso financeiro, menos interessados em desenvolver uma filosofia de vida significativa e menos interessados em gerar uma contribuição teórica para a ciência. Gross (2013) propõe uma hipótese diferente sobre a ligação entre a escolha da carreira e personalidade, a de que as pessoas de esquerda são conhecidas por serem mais abertas a novas experiências, terem maior tolerância à incerteza e maior interesse por ideias abstratas. Isso, segundo o autor, explica a maior prevalência dos professores de esquerda na academia, bem como a maior concentração deles

em disciplinas não aplicadas que exigem pensamento mais abstrato.

Notadamente, muitos estudos indicam que a orientação política dos professores em nível institucional não influencia significativamente a dos alunos (MARIANI; HEWITT, 2008; WERFHORST, 2020; ZIPP; FENWICK, 2006).

4 Métodos

Para investigar a posição ideológica, os valores socioeconômicos e políticos dos alunos da USP, foi realizada uma pesquisa online durante os meses de março, abril e setembro de 2020. A estratégia de amostragem utilizada foi *snowball* (bola de neve), em que foram enviados os links do questionário para grupos de alunos das redes sociais (Facebook, WhatsApp etc.) e por e-mails enviados para as secretarias das unidades e para professores. Nesse sentido, deve-se observar que a amostra não é representativa da população da USP.

Além das informações demográficas, a pesquisa explorou questões sociais e políticas, incluindo o papel do governo na economia, igualdade, ordem social, inclusão social de imigrantes, escolha liberal, apoio à democracia e opiniões sobre políticas da China e Covid-19. Com base em uma escala adaptada do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), as questões foram formuladas com dois pontos de vista com valência esquerda / direita, de modo que os respondentes foram solicitados a escolher entre uma escala de 0 a 10 de acordo com o grau de concordância em cada lado da afirmação. Para as questões sobre a China e Covid-19 foi usada uma escala de 7 pontos (1-7). Além disso, uma escala de autoidentificação ideológica variando de 0 (muito esquerda) a 10 (muito direita) também foi aplicada. Considerando que perguntas fechadas podem limitar a expressão de opiniões sobre os assuntos, também foi oferecido um espaço para livre escrita.

O questionário teve duração de cinco semanas, gerando 922 respostas. Foram descartadas as respostas de alunos estrangeiros, resultando uma amostra de 908 alunos (N = 908) de 27 unidades da USP. A FFLCH compõe a maior parte da amostra, seguida por EACH e IRI. Além disso, há maior número de homens (N = 492) do que mulheres (N= 416), mais alunos da graduação (N = 702) do que da pós-graduação (N = 206), com idade variando de 17 a 62 anos (Média = 24,6, Desvio Padrão = 7,4) e a maioria residente no Estado de São Paulo (N = 785).

Tabela 1 - Caracterização da Amostra

Gênero		Unidade		Nível de educação		Idade	
Masculino	54.2%	FFLCH	33.9%	Graduação	77.3%	< 20	34.9%
		EACH	15.2%			20-30	48.0%
		IRI	13.2%			30-40	12.6%
		FD	8.3%				
Feminino	45.8%	Poli	6.1%	Pós-Graduação	22.7%	40-50	3.0%
		FEA	5.8%			50-60	1.4%
		FM	5.7%			> =60	0.1%
		Outros	6.27%				

Fonte: Elaborado pelas autoras.

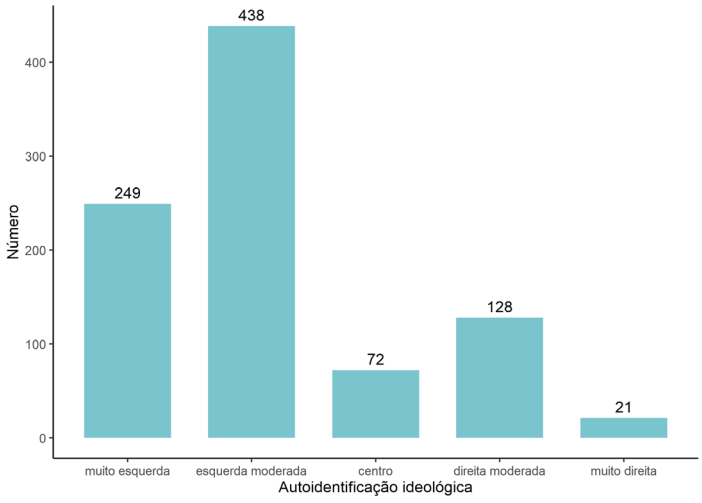
Os dados do questionário foram analisados com abordagens quantitativas e qualitativas. Para facilitar a interpretação, dividimos a escala de 11 pontos e 7 pontos em cinco categorias ordinais: na escala de autoidentificação ideológica, temos cinco categorias muito à esquerda (0-1); esquerda moderada (2-4); centro (5); direita moderada (6-8); muito à direita (9-10). Em perguntas múltiplas sobre valores socioeconômicos, temos cinco categorias de respostas em termos de preferência: muito desfavorável (0-1); desfavorável (2-4); neutro (5); favorável (6-8); muito favorável (9-10). Em perguntas sobre valor político, temos cinco categorias de respostas em termos de opinião, incluindo a questão sobre democracia e política externa: discorda totalmente (0-1/1); discorda (2-4/2-3); neutro (5/4); concorda (6-8/5-6); concorda totalmente (9-10/7). Os comentários dos alunos sobre o tema também foram classificados e citados em cada sessão.

5 Resultados

5.1 Autoidentificação Ideológica

A Figura 1, na escala de autoidentificação ideológica, mostra que a maioria dos alunos da USP em nossa amostra possui orientação política inclinada para a esquerda, quando o maior número dos alunos se identifica com a esquerda moderada e o menor número com muito à direita.

Figura 1 - Distribuição de Autoidentificação Ideológica



Nota: Número = o número de respondentes
Fonte: elaborado pelas autoras.

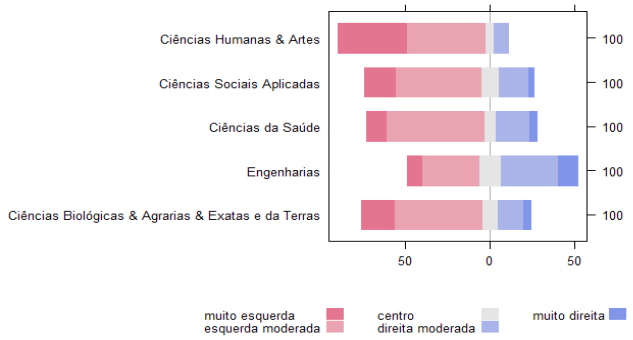
Para comparar a posição ideológica entre alunos de cursos diferentes, categorizamos em cinco grandes áreas de conhecimento baseadas nos critérios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Tabela 2 e o Gráfico 2 mostram que na maioria das áreas de conhecimento, há mais alunos de esquerda do que de direita, exceto em Engenharia, cujo posicionamento é mais igualmente distribuído e ligeiramente enviesado para a direita. Nas Ciências Humanas e Artes os alunos são predominantemente agrupados no lado esquerdo da escala (muito à esquerda), sendo a única área sem nenhuma identificação com a categoria muito à direita. Considerando que essa área possui o maior tamanho amostral (N = 441), tal resultado é bastante expressivo. Estes alunos são menos inclinados a se categorizarem como centro/neutro.

Tabela 2 – Autoidentificação Ideológica conforme a área de conhecimentos (%)

Área de conhecimentos	N	Muito à esquerda	Esquerda moderada	Centro	Direita moderada	Muito à direita
Ciências Humanas & Artes	441	39.9	46.7	5.4	7.9	0.0
Ciências Sociais Aplicadas	273	17.9	50.5	10.6	17.6	3.3
Ciências da Saúde	80	11.2	57.5	7.5	20.0	3.8
Engenharias	62	8.1	33.9	12.9	33.9	11.3
Ciências Biológ. & Agrárias & Exatas e da Terra	52	19.2	51.9	9.6	15.4	3.8

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2 - Autoidentificação Ideológica pela Área de Conhecimentos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

5.2 Valores Socioeconômicos e Políticos

Considerando que a escala esquerda-direita tem sido questionada pelos pesquisadores por sua validade em medir a orientação política dos indivíduos, ou por ser suficiente para mapear os valores ideológicos deles (BAUER *et al.*, 2017; FUCHS; KLINGEMANN, 1990;

ZUELL; SCHOLZ, 2016), também foram investigados os valores socioeconômicos e políticos dos alunos da USP.

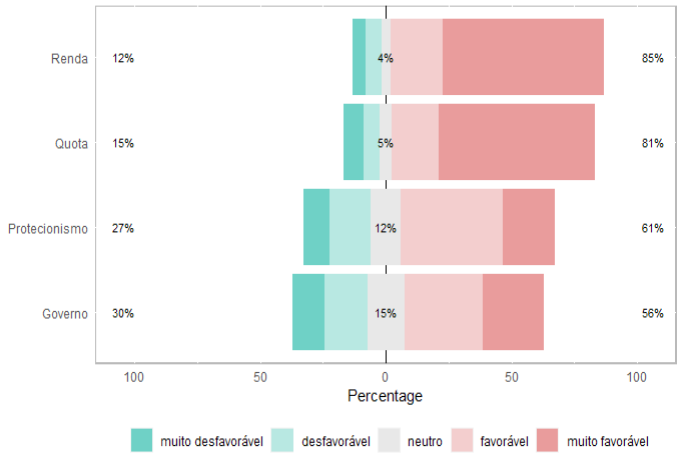
5.2.1. Assuntos Econômicos

Conforme a Figura 3, as opiniões dos alunos sobre questões econômicas são mais homogêneas no que se refere à igualdade social: 85% dos alunos da USP acreditam que a desigualdade de renda deve ser reduzida, enquanto 12% a consideram como um incentivo para esforço individual; 81% deles acreditam que as cotas são capazes de corrigir erro histórico e proporcionar a possibilidade de ingresso de minorias ao ensino superior, em oposição aos 15% que acreditam que o ingresso nas universidades deve obedecer ao desempenho dos estudos e não ser guiado pelas cotas. No que se refere à divisão entre governo e mercado, as respostas dos alunos ficam mais diversificadas do que no tema de igualdade social. Na questão sobre globalização, 61% dos alunos preferem ter certa proteção na indústria nacional, e 27% acreditam que protecionismo impede o crescimento econômico; na questão sobre o desenvolvimento da economia nacional, 56% demonstram uma preferência ao papel ativo do governo, enquanto 30% preferem iniciativa privada. Estes resultados, mesmo que ainda mostrem uma tendência de valores de esquerda (enfatiza o poder estatal), há maior variância nas respostas dos alunos, que pode ser verificada pela maior percentagem das escolhas opostas e respostas neutras quando comparadas com as respostas das questões sobre igualdade social.

5.2.2. Assuntos Sociais

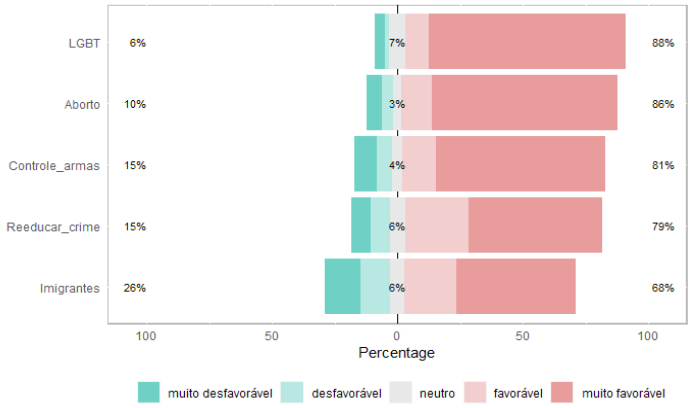
Em geral, as opiniões dos alunos sobre assuntos sociais são mais homogêneas (veja Figura 4). A grande maioria dos alunos demonstra seus valores liberais em questões sociais: 88% concordam que a Parada do Orgulho LGBT representa ganhos para a sociedade, e somente 6% acham que isso traz riscos para a sociedade. Da mesma forma, 86% dos alunos são favoráveis à legalização do aborto, em oposição a 10% que discordam dessa ideia por respeito à vida. No tema sobre segurança pública, 81% dos respondentes são a favor de controle de armas, enquanto 15% acham que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender; 79% acreditam que adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados ao invés de ser punidos como adultos (15%). Na questão sobre imigração, as respostas são mais diversificadas comparadas com as demais: 68% são a favor de que o governo considere a situação social dos imigrantes da mesma maneira que os residentes do país, enquanto 26% acreditam que o governo deve priorizar a situação social dos seus povos.

Figura 3 - Opiniões Sobre Assuntos Econômicos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 4 - Opiniões sobre Assuntos Sociais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

5.2.3. Assuntos Políticos

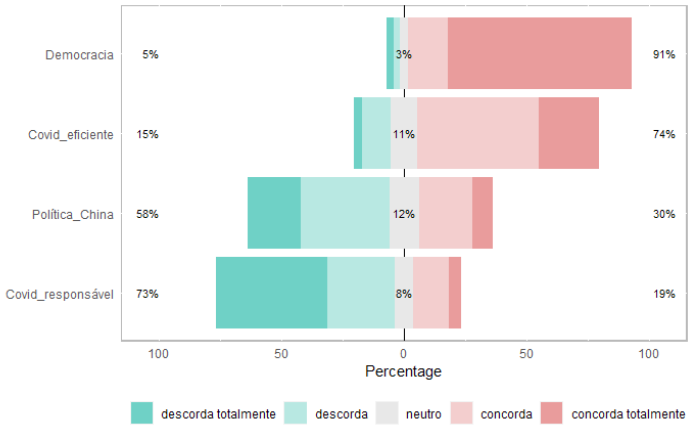
Além dos assuntos econômicos e sociais, também foram investigadas as opiniões dos alunos sobre democracia. Em um item em que há duas declarações antitéticas "em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia" e "a democracia tem alguns problemas, mas é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo", a grande maioria dos respondentes (91%) escolheu um apoio incondicionalmente à democracia, enquanto somente 5% dos respondentes disseram acreditar que a democracia não é um regime ideal em alguns casos. As opiniões dos alunos sobre a democracia são as mais homogêneas entre todos os assuntos investigados pela pesquisa. Porém, ainda assim existem divergências sobre o tema. Nos comentários dos alunos, alguns expressaram suas atitudes favoráveis à ditadura do proletariado, alguns questionaram os conceitos da democracia e da ditadura, indicando sua preferência por uma ditadura em função da maior igualdade social que poderia gerar diante dessa falha da democracia.

Para aprofundar o estudo sobre as opiniões dos alunos no que se refere à democracia, e também em seus valores políticos nos assuntos exteriores, escolhemos a China como um estudo de caso para investigar suas atitudes sobre o regime político desse país e sobre a questão da Covid-19. Após o início da pandemia, as pessoas têm discutido sobre as diferentes estratégias adotadas pelos países no combate ao vírus. A China, local onde a Covid-19 foi encontrada pela primeira vez, teve uma resposta eficaz para conter a propagação do vírus, apesar do período inicial em que as informações foram acobertadas pelas autoridades (STASAVAGE, 2020). As medidas rigorosas adotadas pelo governo chinês – que incluíram *lockdown* em grande escala, rastreamento por vigilância eletrônica e quarentena imposta – são consideradas mais aplicáveis em uma autocracia, na qual as políticas podem ser implementadas sem potenciais preocupações de direitos humanos ou liberdades civis (KUPFERSCHMIDT; COHEN, 2020; STASAVAGE, 2020). Em comparação, a descentralização do poder nas democracias tornou difícil para os governos desses países conter o vírus de maneira mais rápida e eficiente (STASAVAGE, 2020).

Como mostra a Figura 5, no item Política-China, mais da metade (58%) dos respondentes discordou da afirmação "o sistema político centralizado chinês é uma ameaça ao sistema democrático mundial", apesar de 30% concordar. Nas

questões sobre Covid-19, a maioria dos alunos (74%) concorda que "a China tem atuado de maneira eficiente com o problema da Covid-19"; também a maioria dos alunos discorda de que "o governo chinês é responsável pela pandemia global da Covid-19 (73%)". Nota-se que, entre os respondentes que discordam da culpabilidade do governo chinês sobre a pandemia, mais da metade escolheu "discorda totalmente", mostrando uma atitude mais assertiva sobre esta questão.

Figura 5 - Opiniões Sobre Assuntos Políticos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 1 reporta algumas visões dos alunos sobre a China e Covid-19. Muitos alunos acreditam que não se deve culpar a China pela pandemia, mas apontam que esta poderia ter sido evitada. Alguns alunos admitem que a China tem atuado de maneira eficiente para conter o vírus e que esse sucesso se deve ao seu regime autoritário. Há um aluno que pode ser ilustrativo dos que concordaram com a afirmação "em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia". No entanto, um número bem maior critica a China por falta de transparência na divulgação de informação, falta de regulação no mercado de animais silvestres e por negligência no aviso por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Quadro 1 - Comentários Sobre a China e Covid-19

Tema	Citações Diretas
China e Covid-19	"Em uma análise racional, a China tem uma responsabilidade que é o delay da comunicação do problema para a OMS em caso de epidemia." (FEA) "Quando digo que a China tem culpa, me refiro ao governo (Partido Comunista), que lidou de forma autoritária com a crise, principalmente no início." (FD) No quesito da culpabilidade do governo chinês sobre a Covid-19, reafirmo minha opinião baseado na não proibição do mercado de animais silvestres, como o que é apontado como marco zero para a transmissão em Wuhan, que é apontado há anos por cientistas da comunidade internacional como uma "bomba-relógio" para novas doenças. Digo isso para fugir da ideia difundida por fake news de que a China criou o vírus por engenharia genética.(FD) Na questão DS (democracia) a resposta foi em função da maior igualdade social que há em Cuba e da eficiente contenção da Covid-19 na China. (FFLCH). Apesar de ter uma boa reação contra a disseminação do vírus em seu próprio país, a China também não abordou o tema com tanta seriedade no nível internacional, e tentou silenciar aqueles que já vinham trazendo este alerta desde o início de janeiro por controle de imprensa, e por influência em entidades externas, priorizando a economia à saúde, tal qual o nosso presidente, porém, por terem astúcia e não a ausência dela. A China deixou que isso saísse de controle para chegar a nível internacional não de uma maneira premeditada, como dizem alguns de chapéu de alumínio por aí, mas por negligência. A diferença é que ela tem muito mais poder autocrático para impor as medidas de contenção em sua própria população do que em qualquer país democrático, logo, suas ações efetivas conseguiram controlar o avanço desenfreado no próprio país, mas ainda assim colocaram o mundo em risco. (EACH) A China conseguiu lidar bem com a Covid-19 justamente por ser uma ditadura, onde direitos de primeira geração são facilmente retirados. Não me parece que haja espaço para violações das regras estatais, processos judiciais questionadores, basta ver a repressão aos protestos de Hong Kong. (FFLCH) Não tem como afirmar ou não que "a China tem atuado de maneira eficiente contra os problemas da COVID-19" porque é um país com um governo zero transparente em termos de dados e fatos, ou seja, não há como saber nem se fôssemos cidadãos chineses médios. (FEA)

6 Discussão

No que se refere à posição ideológica, os resultados da pesquisa mostram um padrão parecido ao dos estudos realizados em países anglo-saxões. Isto é, há uma tendência de identificação dos alunos da USP com a esquerda. Contudo, a afirmação de que as universidades brasileiras estão sendo "massacradas por ideologia de esquerda"3 se mostra infundada. Primeiro, porque existem diferenças claras entre os alunos nas diferentes áreas de conhecimento em relação à posição ideológica. As mais visíveis são as diferenças entre as áreas de Ciências Humanas e Artes e de Engenharia. Enquanto a primeira é proeminentemente inclinada para a esquerda, a última é mais uniformemente distribuída em relação à posição esquerda-direita, pendendo um pouco mais para a direita, além de apresentar a maior proporção de extrema direita entre todas as áreas do conhecimento. Segundo, porque essas diferenças encontram padrão semelhante ao dos estudos realizados em países desenvolvidos. Roberto Moll4 discute essa diferença sobre ideologia nas universidades brasileiras e argumenta que nas áreas de engenharia, tecnologia e biomédicas ocorrem poucas aulas ou pesquisas baseadas em projeto de esquerda, anticapitalista ou reformista. Ao contrário, esses cursos formam profissionais para girar a roda do capitalismo, buscando maior eficiência, materializada no lucro e sem questionamentos. Por isso, essas disciplinas se adaptam a uma forma pragmatista. Em contraposição, o autor sustenta que docentes e discentes de áreas intrinsecamente voltadas para análise da realidade e, consequentemente, da lógica capitalista (área Humanas) estão mais afeitos ao debate e à reflexão crítica.

Nas escalas dos valores econômicos, os alunos mostram opiniões diversas, apesar de se localizarem na ideologia de esquerda em grande percentual (preferem o papel ativo do Estado ao invés de mercado livre). Nesse sentido, há uma tendência mais liberal comparada com os outros itens da pesquisa. Quando se trata de igualdade social, entretanto, as opiniões dos alunos ficam mais parecidas: a maioria acredita que igualdade de resultados é menos importante do que igualdade de oportunidades (a favor da cota, redistribuição). Assim como na questão social, os alunos mostram seus valores liberais em questão sobre comunidade LGBT e aborto.

Finalmente, de acordo com a amostra do estudo, os alunos apoiam fortemente a democracia independentemente do espectro ideológico autoidentificado. Curiosamente, entretanto, quando questionados sobre o desempenho da China durante a pandemia, suas respostas se concentram em avaliar que tenha sido mais eficiente do que a de muitos países democráticos. Esta resposta parece indicar que os alunos tendem a mostrar tolerância com valores que não apreciam, a autocracia, no sentido de reconhecer possíveis aspectos benéficos associados ao regime. Esse resultado sugere que os alunos têm uma visão mais flexível e pragmática em relação à democracia e à autocracia no que diz respeito às suas realidades.

Referências

AMES, Barry; SMITH, Amy Erica. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. **Journal of Politics in Latin America**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

BAUER, Paul C.; BARBERÁ, Pablo; ACKERMANN, Kathrin; VENETZ, Aaron. Is the left-right scale a valid measure of ideology?: Individual-level variation in associations with "left" and "right" and left-right self-placement. **Political Behavior**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 553-583, 2017. DOI: 10.1007/s11109-016-9368-2.

BOBBIO, Norberto. **Left and right: the significance of a political distinction**. [s.l.]: The University of Chicago Press, 1996.

CARDIFF, Christopher F.; KLEIN, Daniel B. Faculty partisan affiliations in all disciplines: a voter-registration study. **Critical Review**, [s. l.], v. 17, n. 3-4, p. 237-255, 2005. DOI: 10.1080/08913810508443639.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 54-79, 2002. DOI: 10.1590/s0104-62762002000100004.

FREIRE, André; KIVISTIK, Kats. Mapping and explaining the use of the left-right divide. **Brazilian Political Science Review**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 61-89, 2013. DOI: 10.1590/s1981-38212013000300003.

FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter. The left-right schema. In: JENNINGS, M.

Kent; VAN DETH, Jan W. (org.). **Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies.** Berlin: De Gruyter, 1990. p. 203-234.

GROSS, Neil. **Why are professors liberal and why do conservatives care?** [s.l.]: Harvard University Press, 2013.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 283-306, 2007. DOI: 10.1590/s0104-62762007000200003.

HOROWITZ, D. **Indoctrination U.: the left's war against academic freedom**. [s.l: s.n.], 2009.

KLEIN, Daniel B.; STERN, Carlotta; WESTERN, Andrew. Political diversity in six disciplines. **Academic Questions**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 40-52, 2005. DOI: 10.1007/s12129-004-1031-4.

KUPFERSCHMIDT, Kai; COHEN, Jon. Can China's COVID-19 strategy work elsewhere? **Science**, [s. l.], v. 367, n. 6482, p. 1061-1062, 2020. DOI: 10.1126/science.367.6482.1061. Disponível em: https://www.sciencemag.org/lookup/doi/10.1126/science.367.6482.1061.

LANGBERT, Mitchell. Homogenous: the political affiliations of elite liberal arts college faculty. **Academic Questions**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 186-197, 2018. DOI: 10.1007/s12129-018-9700-x.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. The ideological "coherence" of the Brazilian party system, 1990-2009. **Journal of Politics in Latin America**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 39-69, 2010. DOI: 10.1177/1866802X1000200302. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1866802X1000200302.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 72-88, 2018. DOI: 10.5380/recp.v8i3.54834. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834.

MARIANI, MacK D.; HEWITT, Gordon J. Indoctrination U.? Faculty ideology and changes in student political orientation. **PS: Political Science & Politics**, [s. l.], v. 41, n. 04, p. 773-783, 2008. DOI: 10.1017/S1049096508081031. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1049096508081031.

MARQUES, Rosa Maria. Brasil: direita, volver! **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], v. 52, p. 10-38, 2019.

NOEL, Alain; THERIEN, Jean-Philippe. **Left and right in global politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. DOI: 10.1017/CBO9780511790751. Disponível em: http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511790751.

OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 574-600, 2015. DOI: 10.1590/1807-01912015213574.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. [s.l.]: Edusp, 1999.

SOSA, Andrea. Left pipeline: why conservatives don't get doctorates. In: MARANTO, R.; REDDING, R. E.; HESS, F. M. (org.). **The politically correct university: problems, scope and reforms**. DC: The AEI Press, 2007. v. вы12ур. 245. Disponível em: http://digilib.unila.ac.id/4949/15/BAB II.pdf.

STASAVAGE, David. Democracy, autocracy, and emergency threats: lessons for COVID-19 from the last thousand years. **International Organization**, [s. l.], p. 1-17, 2020. DOI: 10.1017/S0020818320000338. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0020818320000338/type/journal_article.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013. DOI: 10.1590/S0104-44782013000100011.

TELLES, Helcimara de Souza; STORNI, Tiago Prata Lopes. Ideologia e valores: o voto dos eleitores de direita e de esquerda. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 87-146, 2011.

WERFHORST, Herman G. Are universities left-wing bastions? The political orientation of professors, professionals, and managers in Europe. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 47-73, 2020. DOI: 10.1111/1468-4446.12716. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-4446.12716.

ZIPP, John F.; FENWICK, Rudy. Is the academy a liberal hegemony? The political orientations and educational values of professors. **Public Opinion Quarterly**, [s. l.], v. 70, n. 3, p. 304-326, 2006. DOI: 10.1093/poq/nfj009.

ZUELL, Cornelia; SCHOLZ, Evi. 10 points versus 11 points? Effects of left-right scale design in a cross-national perspective. **Ceeol.Com**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 3-16, 2016. Disponível em: www.askresearchandmethods.org.

Apêndice

Quadro 2 - Classificação das Áreas de Conhecimento

Área de Conhecimento	Unidade de Ensino e Pesquisa	Sigla
Ciências Sociais Aplicadas	Escola de Artes, Ciências e Humanidades	EACH
	Faculdade de Direito	FD
	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU
	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FEA
	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto	FEARP
Ciências Humanas & Artes	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas	FFLCH
	Instituto de Relações Internacionais	IRI
	Instituto de Psicologia	IP
	Faculdade de Educação	FE
	Instituto de Estudos Brasileiros	IEB
	Escola de Comunicações e Artes	ECA
Engenharias	Escola Politécnica	Poli
	Instituto de Ciências Biomédicas	ICB
	Escola de Engenharia de São Carlos	EESC
Ciências da Saúde	Faculdade de Medicina	FM
	Faculdade de Odontologia	FO
	Escola de Educação Física e Esporte	EEFE
	Faculdade de Saúde Pública	FSP
Ciências Biológicas & Agrárias & Exatas e da Terra	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	FCF
	Instituto de Biociências	IB
	Instituto de Energia e Ambiente	IEE
	Instituto de Matemática e Estatística	IME
	Instituto de Física	IF
	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	IAG
	Instituto de Geociências	IGc
	Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação	ICMC
	Instituto de Química	IQ

Nota: Categorização baseada em critério do CNPq, ajustada pelo número de participantes.

1 https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/esquerda-direita-bolsonaro-reitores-universidades-federais/

2 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742130/ambiente-academico-tem-sido-massacrado-por-ideologia-de-esquerda.shtml

3 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742130/ambiente-academico-tem-sido-massacrado-por-ideologia-de-esquerda.shtml

4 https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/13/a-universidade-nao-e-um-espaco-dos-esquerdistas/

(*) Doutoranda de Relações Internacionais no IRI-USP. (E-mail: miaofang@usp.br).
(**) Professora Associada do IRI-USP. (E-mail: marislei@usp.br).

Reflexões do Espaço-Tempo: Alguns Apontamentos Sobre o Financiamento da Integração Regional

José Alex Rego Soares (*)

1 Introdução

Um dos desafios de um modelo de desenvolvimento soberano na América Latina é a constituição de um sistema de financiamento que possa responder de forma autônoma ao desenvolvimento e criar mecanismos de integração regional. Desta forma, proporcionamos alguns apontamentos sobre a interpretação a respeito do papel das instituições de fomento na América Latina a partir de uma interpretação crítica do BID.

Partindo do nosso entendimento de que o papel do crédito precisa ser reinterpretado para além da lógica financeira crédito-renda, propomos apresentar alguns apontamentos teóricos sobre espaço-tempo. Nesse sentido, o objetivo do artigo consiste em analisar, de forma explanatória, o desempenho do BID enquanto banco de integração regional e o tratamento dado ao círculo vicioso crédito-renda. Em outros termos, nosso argumento é que só há acesso ao crédito para quem possui renda, dado o tratamento das finanças no espaço, que são relações sociais desenvolvidas a partir de uma realidade de espaço e tempo.

É a partir do espaço socialmente delimitado que se expõe a condição de exceção aos serviços financeiros com base nos quais podemos abordar a atuação dos agentes financeiros sobre o prisma da exclusão financeira.

Discutir o conceito de exclusão financeira de forma articulada ao conceito de espaço econômico pode nos ajudar a compreender o comportamento das instituições financeiras e suas ações, em particular do BID.

2 Da Exclusão Financeira

O financiamento do desenvolvimento regional é uma condição do desenvolvimento econômico. Ao sinalizarmos sobre essa temática em específico, vamos indicar alguns apontamentos teóricos para sustentar a nossa interpretação. Ao lançarmos mão da análise conceitual da exclusão financeira, o suporte teórico do referido conceito embasará a análise do comportamento do BID e seu lugar no tempo e no espaço.

As explorações em termos de pesquisa teórica e empírica desenvolvidas por autores como Leyshon (1995), Leyshon e Thrift (1997) e Dymsky (2005, 2007) nos pautarão a respeito do espaço e da exclusão financeira.1

Para este fim, procuramos construir uma análise vinculada à apreciação do espaço econômico e ao papel das finanças na inclusão entre os espaços, ou mesmo da exclusão financeira nos reflexos para o processo de integração regional da América Latina a partir das políticas de crédito do BID.

O debate que sucedeu a criação do BID, em última instância, não estava diretamente articulado com uma percepção do espaço, apesar de fortemente ancorada numa perspectiva regional (SOARES, 2016). No mais, não encontramos de forma articulada uma abordagem teórica do espaço econômico, possibilitando opções estratégicas selecionadas para o desenvolvimento social. O nexo primordial entre espaço-tempo apresentado por Jessop não se materializa2:

> i) Desde la división espacial del trabajo entre campo y ciudad, entre norte y sur, entre diferentes economías a nivel regional, nacional e inclusive continental; ii) desde la

> territorialización del poder político, proceso de formación estatal, a la dialética de las influencias internas y externas sobre la vida ´política; y por último, iii) desde diferentes imaginarios espaciales y de escala así como diferentes representaciones del espacio. (JESSOP, 2007, p. 33-34)

Entendemos que, no ato da constituição de um Banco de Desenvolvimento para a América Latina, havia uma carência de elaboração teórica acerca do espaço econômico e sua compreensão. Em sua essência, o BID cumpriria como meta central alavancar o financiamento do desenvolvimento regional. Todavia, ainda carecia de uma elaboração teórica mais consistente a partir da realidade histórica e política da América Latina no que diz respeito aos espaços econômicos.

O financiamento de um conjunto de projetos específicos para a região esteve focado no primeiro momento como resposta ao subdesenvolvimento e à falta de poupança interna, passando ao largo a questão da exclusão financeira, o que seria fator de desincentivo aos países para atuarem em estratégias de integração regional.

As propostas de financiamento (ofertas de crédito) seriam uma resposta a mais à escassez de crédito e ao desenvolvimento desigual do que propriamente à exclusão financeira (LEYSHON; THRIFT, 1997). No decorrer do tempo, observamos a falta de maturação de um sistema de crédito (organizado pelo BID) capaz de organizar a expansão geográfica do mercado por meio de uma sequência de crédito, onde antes não existiria uma continuidade.

Logo, "A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, em parte, ser compensada pelo surgimento de sistema de crédito" (HARVEY, 2005, p.51), a fim de comprimir um "[...] horizonte de tempo e espaço" (HARVEY, 1989, p. 89), num processo de concentração espacial, tarefa inicialmente que teria que ser cumprida pelo BID na prospecção desse espaço para integração.

A articulação dessas duas esferas, tempo e espaço, via um sistema de crédito autônomo em relação aos centros financeiros internacionais, conduzido por uma instituição de fomento regional, torna-se condição primordial para propiciar um desenvolvimento na região que fosse adequado para dinamizar as economias da América Latina (AMIN; THRIFT, 1994).

O BID teria que cumprir um papel de agente deflagrador de um sistema de crédito voltado para a região, como forma de superar condições históricas baseadas no sistema clássico de risco.

Essa condição era de suma importância para o rompimento do ciclo de renda e crédito. Em outras palavras, o mesmo estaria disponível em regiões com alta densidade de renda e, por sua vez, a renda gera mais crédito – uma típica condição de causação acumulativa na esfera financeira.3

Esse sistema de risco acaba por aprofundar ainda mais as contradições entre centro e periferia, o local e o global, o tempo e o espaço, empobrecendo as regiões internamente. Conforme destacaram Leyshon e Thift (1997, p. 229-230), "[in] other words, rich areas to get poor areas poorer because of the way in which the financial system discriminates between people and communities on the basis of risk".

O BID teria com função suprir essa contradição espacial e consequentemente tornar-se uma resposta a essas contradições inerentes ao Sistema Financeiro Mundial (SFM), derivado de *Bretton Woods*. Vale observar que o SFM se apresenta de forma muito particular em relação ao espaço.

Sua espacialidade se baseia numa constrição temporal e espacial, num circuito altamente restrito, expondo ilhas de excelência financeira, dos grandes herdeiros de *Bretton Woods*. Nesse sentido, seria uma necessidade histórica romper o padrão de reprodução do capital das suas condições históricas específicas e geoterritoriais a fim de

buscar uma maior sorte no caso da periferia latino-americana.

O argumento de Harvey (2013) quanto à construção do território como algo edificado na própria dinâmica do desenvolvimento econômico e social, produzido, não se torna um legado da "natureza" ou da própria "história", mas se configura como resultado da intervenção e modificação dessa realidade:

> As diferenciações geográficas então com frequência parecem ser o que elas realmente não são: meros resíduais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista. Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à "natureza" ou à "história". A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação. (HARVEY, 2013, p. 603)

O BID teria como função prover justamente a necessidade de oferta de crédito a fim de suprir o vácuo causado na região pela exclusão financeira. No caso particular da América Latina, a dinâmica financeira e suas variações geográficas de acesso ao sistema financeiro acabavam aprofundando e distorcendo ainda mais o "desenvolvimento desigual" (LEYSHON; THRIFT, 1997, p. 229).

O BID, enquanto banco de fomento, teria que imprimir uma agenda que fosse compatível com essas preocupações de comprimir tempo e espaço, desenvolvimento e integração. Não obstante, a discussão sobre espacialidade não é instigada no interior do BID. Consequentemente, não se toca no papel a ser desempenhado pelo banco nesse processo.

A estratégia do BID se fixa nos pilares de *Bretton Woods*, que fogem da perspectiva regional multiescalar ao sustentar no viés de políticas macroeconômicas. Esse processo denota as condições políticas e econômicas, que acabam afetando não apenas a oferta de crédito do Banco como também o perfil desses créditos desde sua fundação, a partir das condições da geopolítica internacional (SOARES, 2016).

O acesso ao crédito do sistema financeiro é determinado pela adequação da riqueza. Este desenho financeiro da riqueza acaba por determinar o próprio crédito. É uma relação direta em que podemos observar uma geografia da renda, que é dada pela conveniência geográfica de acesso ao financiamento. Como chamam atenção Leyshon e Thrift:

> If gaining access to credit from the financial system is determined largely by income and wealth, then the geography of income and wealth shapes the geography of access to the system. But, as Dymski and Veitch (1992) argue, the relationship is an interdependent and circular one; the geography of income and wealth is determined in part by the geography of access to the financial system. (LEYSHON; THRIFT, 1997, p. 229)

A configuração imposta por essa dinâmica na ação do BID deve ser interpretada a partir do Sistema Financeiro Mundial (SFM), pois a integração aos mercados financeiros globais implicou um paradoxo para a América Latina. A inserção cada vez mais explícita ao SFM repercutiu num distanciamento regional (VIDAL, 2006, p. 49), impossibilitando a consolidação de políticas de integração.

O resultado foi perverso: com a inversão dos riscos, o mercado passou a socializar os seus riscos com o a sociedade. Em linhas gerais, intensifica-se a relação crédito-renda, constituindo ilhas de crédito num oceano de exclusão creditícia.

A imposição de diretrizes e normas dos organismos internacionais aprofunda a exclusão financeira, dificultando a integração. "If gaining access to credit from the financial system is determined largely by income and wealth, then the geography of income and wealth shapes the geography of access to the system" (DYMSKI, 2005, p. 441).

Desta forma, a relação se torna mais perversa no que se refere ao

acesso aos mecanismos de créditos, esgarçando o tecido especial: "[...] he relationship is an interdependent and circular one; the geography of income and wealth is determined in part by the geography of access to the financial system" (DYMSKI, 2005, p. 441).

O perfil dos empréstimos praticado pelo BID (os quais apresentaremos em trabalhos subsequentes como parte das conclusões de nossa pesquisa), em consonância com as diretrizes de mercado, acaba por distorcer ainda mais a integração regional e comprometer o desenvolvimento econômico.

A opção ao SFM deu ao BID o papel de interlocutor dos mercados financeiros junto aos países da região, abdicando da integração regional enquanto projeto político e econômico. Assim, se faz urgente uma releitura da estratégia creditícia do BID enquanto resposta à lógica renda-crédito.

3 Conclusão

Os projetos de financiamento precisariam estar comprometidos com uma ordenação dos investimentos, articulados com centros de pesquisa no campo acadêmico (ciência e tecnologia) que fossem desenvolvidos em espaços transfronteiriços, sedimentando a integração regional.

A exclusão financeira na América Latina é resultado da orientação do BID na formatação dos fundos e é precedida pela visão estrita de mercado. A condição estrutural de autonomia financeira e, consequentemente, de financiamento, passa pela constituição de um *funding* capaz de ofertar parte desses recursos para romper a sistemática crédito-renda.

A falta de uma política de articulação de um sistema financeiro regional que traduza uma formulação parece bem mais próxima da resposta aos problemas macroeconômicos, impondo soluções externas para problemas específicos. Além disso, aceita uma agenda externa bem longe do que podemos chamar de "independente", no sentido de formar soluções muito mais criativas e lógicas dentro da realidade social, política e econômica da região.

Acrescenta-se, ainda, o papel que o BID assumiu na desarticulação das políticas de industrialização na região e nas orientações a desempenhar no processo de integração como agente financeiro regional.

A orientação política, somada à escassez de crédito, se constituiria então num importante fator de rompimento do ciclo de crédito renda. O desenvolvimento econômico e a integração regional devem convergir em um processo de criação de habilidades próprias, do qual o BID não é indutor.

Referências

AMIN, A.; TRIFFT, N. **Globalization, institutions and regional development in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

DYMSKY, G, A. **From financial exploitation to global banking instability**: two overlooked roots of the subprime crisis. https://www.researchgate.net/publication/228881879, 2007.

_____. Financial globalization, social exclusion and financial crisis. **International Review of Applied Economics**, v. 19, n. 4, p. 439-457, October 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Os limites do capital** São Paulo: Boitempo, 2013.

JESSOP, B. **Capitalismo(s)**: discurso y materialidad em las formaciones sociales capitalistas contemporáneas. Córdoba, Univ. Católica de Córdoba, 2007.

LEYSHON, A. Geographies of money and finance I. **Progress in Human Geography**, 19, p. 531-543, 1995.

_____; THRIFT, N. **Money/Space**: geographies of monetary transformation. London: Routledge, 1997.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra:** o caso do Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2009 (Texto para Discussão, 358).

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 1957.

SOARES, J. A, R. **O processo histórico de construção de uma instituição de fomento para a América Latina**: a economia política do BID. Tese (Doutorado)

- Programa de Integração da América Latina. Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), 2016.

VIDAL, G. América Latina: banca, mercado de capital y determinación externa del crédito. In: **Reforma Financiera en América Latina**. Coordinado por: CORREA, E.; GIRÓN, A. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2006.

1 Aqui estamos concentrando nossa abordagem da exclusão financeira com uma escassez de créditos a fim de comprimir tempo e espaço, Dymski (2005) nos traz uma justa definição: "So the idea of 'financial exclusion' has provided a unified way of viewing financial processes and comparative institutional arrangements in lower-income and upper-income societies. Its articulation has involved a generalization of the idea of race-based discrimination in banking markets, to encompass customer-class distinctions other than race and ethnicity per se. This new terminology also opened the way to bolder and more extensive comparative analyses of national and regional credit and banking markets" (DYMSKI, 2005, p. 441).

2 Uma releitura de Jessop da teoria do espaço de Gramsci. Gramsci não vai conceber o espaço como algo que existe em si próprio, de forma independente das relações sociais particulares que constroem, se reproduzem e ocorrem nele (JESSOP, 2007).

3 "The concept implies, of course, a circular constellation of forces tending to act and react upon one another in such a way as to keep a poor country in a state of poverty" (MYRDAL, 1957, p. 13) – dada a ênfase de Myrdal sobre a incapacidade de a teoria econômica não possuir instrumentos apropriados para gerenciar os problemas de desigualdades regionais, a partir do equilíbrio geral para explicar os desequilíbrios regionais (LIMA; SIMÕES, 2009). Contudo, Myrdal não explora a problemática da exclusão financeira no contexto do desequilíbrio regional.

(*) Doutor pelo Programa de Integração da América Latina PROLAM/USP e pós-doutorando da FEA/USP. (E-mail: jalex.economia43@gmail.com).

Liberdade *Versus* Estabilidade

Victor Cezarini (*)
Raphael Werner (**)

O Caminho da Servidão, do Economista Friedrich Hayek, publicado no ano de 1944, é considerado pelo crítico literário e biógrafo britânico Martin Seymour-Smith um dos 100 livros que mais influenciaram a humanidade em todos os tempos. De fato, o livro é de uma sensatez impressionante e de uma reflexão imensurável. Alguns capítulos, como *Por que os piores chegam ao poder?, Quem, a Quem?* e *O Fim da Verdade*, poderiam, por si só, estar entre os escritos mais importantes dos últimos 200 anos.

Este presente artigo, contudo, se limitará a uma reflexão sobre o capítulo *Segurança e Liberdade* do livro de Hayek e fará uma analogia com a atual sociedade brasileira, na qual muitos cidadãos possuem como meta de vida a estabilidade de emprego, ou mesmo se agarram a sofismas como "direito adquirido", "reajustes obrigatórios" ou "adicional por tempo de serviço". Todas as pessoas que possuem esses sonhos e conceitos em mente deveriam ler o livro *O Caminho da Servidão*, ou, pelo menos, o capítulo *Segurança e Liberdade.*

Todos nós gostaríamos de ter estabilidade econômica, isto é, uma renda periódica que nos garantisse uma qualidade de vida adequada com a qual já estamos acostumados, de forma que pudéssemos pagar por alimentação, moradia, saúde e outros quesitos sem nos preocuparmos em dar satisfação ao chefe, em trabalhar incansavelmente todos os dias sem saber se seremos demitidos ou não. A pergunta que se faz, então, é: "É possível uma sociedade na qual todos os cidadãos tenham essa tão sonhada estabilidade econômica?" Responderemos no final do artigo; antes, vamos fazer algumas considerações:

Não há nada de errado em buscar a segurança econômica limitada, isto é, trabalhar, empreender e poupar durante um determinado período de tempo até acumular um patrimônio que lhe permita ter razoável previsibilidade de que você poderá viver até o resto de sua vida sem trabalhar ou, pelo menos, sem trabalhar o tanto que você trabalhou até formar esse determinado patrimônio. Logicamente, essa segurança econômica será limitada: se você viver mais do que previa ou se seu patrimônio não for bem administrado, todos os seus recursos poderão exaurir e você, novamente, terá de trabalhar para sobreviver, sob insegurança e incerteza.

Já a estabilidade econômica ilimitada não pode ser obtida por meio do trabalho, empreendedorismo e poupança. Sempre haverá o risco de você perder seu patrimônio acumulado se ele não for bem administrado, independentemente do valor. Por outro lado, a atual sociedade brasileira é acostumada a conceder segurança econômica ilimitada a determinados servidores públicos como juízes, promotores, procuradores, auditores fiscais, militares, professores, profissionais da saúde e outros. A concessão dessa segurança ilimitada é feita por meio de lei, isto é, utiliza-se da força ou ameaça da força sobre outras pessoas para que esses servidores públicos tenham sua estabilidade garantida.

O salário dos servidores públicos é pago por meio da arrecadação de impostos, isto é, retira-se o dinheiro produzido pelas demais pessoas da sociedade com o objetivo de garantir renda estável a esses servidores. Contudo, a renda dessas demais pessoas da sociedade não é estável. Por exemplo, não é possível acertar com precisão qual será a receita e lucros futuros obtidos por um restaurante, isso dependerá se os clientes continuarão gostando da comida servida, dependerá do

preço da carne, do arroz e de diversos outros fatores. Portanto, o valor pago de impostos por um restaurante ao Estado será variável e incerto, e o mesmo é válido para todas as outras empresas, independentemente do setor.

Dessa forma, apesar da despesa de pessoal do poder público garantir a estabilidade de salário e emprego a determinados servidores, a receita obtida pelo poder público sempre será instável. Se houver frustração de receita, o Estado terá de emitir dívida (afetando o custo do crédito por meio do aumento da taxa de juros), imprimir dinheiro (gerando inflação) ou atrasar outros pagamentos para garantir a estabilidade a esses servidores. Todas essas ações geram instabilidade para aqueles que trabalham no setor privado, que terão de rever suas estratégias de negócio, reduzir o endividamento, rever projeções de venda e custos, dentre outros. Portanto, a estabilidade dos trabalhadores do setor público só pode ser obtida por meio do aumento da instabilidade dos trabalhadores do setor privado.

A lei brasileira não se limita a impor segurança ilimitada para determinados grupos de servidores públicos; ela também tenta impor segurança limitada para trabalhadores da iniciativa privada. A legislação trabalhista, por meio de seguro-desemprego, FGTS, multa sobre o saldo do FGTS, salário-família e outros programas sociais tem como objetivo garantir que o trabalhador tenha uma renda mínima caso perca seu emprego, ou seja, trata-se da concessão, por meio da lei, de certa segurança limitada.

O fato de uma pessoa ter grande redução de seus rendimentos de uma hora para outra causa amarga frustração, desestabiliza a família e ofende o senso comum de justiça. Dessa forma, a reivindicação das pessoas assim prejudicadas, de que o Estado intervenha a seu favor, ganhou amplo apoio popular e simpatia. No Brasil, isso se reflete nos programas sociais citados no parágrafo anterior.

Contudo, se por um lado queremos estabilidade de renda e emprego, por outro lado, somos totalmente dinâmicos e instáveis no que tange ao nosso comportamento como consumidor. Queremos sempre o melhor e mais barato produto ou serviço. Se em um supermercado o preço da carne está R$ 60/kilo e no outro R$ 40/kilo, da mesma qualidade, não hesitamos em comprar no segundo local. E sempre que um novo produto melhor e mais barato surge, abandonamos o velho, sem dó nem piedade. É estranho o fato de as pessoas agirem com complacência e compaixão quando algum amigo perde o emprego, sem perceber que provavelmente foi a mudança no seu padrão de consumo que levou à demissão de seu amigo.

A estabilidade no consumo é evidentemente impossível; somos seres ativos e dinâmicos, estamos sempre querendo melhorar a nossa qualidade de vida ou, pelo menos, que não piore. Sempre iremos agir de forma a escolher um produto ou serviço que satisfaça as nossas necessidades e custe o menor valor possível. Quando uma nova empresa entra no mercado, oferecendo produtos mais baratos e de melhor qualidade, a empresa ultrapassada sofre prejuízos e tem de demitir seus trabalhadores. Mesmo dentro de uma empresa lucrativa, se o trabalhador não obtém sucesso ao servir o consumidor, ele poderá ser demitido. Quem o demite, em última instância, não é o seu chefe, mas os consumidores que, votando por meio de cada real gasto, julgaram que aquele determinado trabalhador não é apto para a função.

Portanto, dado que não existe estabilidade no consumo, é impossível garantir estabilidade na renda e no emprego. Quando essa estabilidade é concedida a alguns privilegiados, todos os demais sofrem o prejuízo de sua consequência, isto é, sofrem mais instabilidade no emprego, menor renda e menos disponibilidade de produtos e serviços para consumo.

O exemplo brasileiro evidencia a afirmação acima. De acordo com o IBGE, da força de trabalho no Brasil de 100 milhões de pessoas, 12 milhões são servidores públicos, ou seja, possuem segurança

ilimitada, 30 milhões são trabalhadores com carteira assinada, ou seja, possuem segurança limitada imposta pela lei, e os demais 58 milhões de brasileiros não possuem nenhuma segurança garantida pela lei, e, destes, 14 milhões estão desempregados e 27 milhões recebem abaixo de um salário mínimo. A estabilidade concedida a determinados grupos privilegiados levou grande parte da população brasileira ao desemprego ou subemprego.

Não há nada errado em tentar construir sua própria segurança por meio do trabalho, empreendedorismo e poupança. Contudo, a tentativa de impor segurança a determinados grupos por meio da lei tem como consequência inevitável aumentar a insegurança das pessoas que não foram contempladas pela legislação. É impossível que uma sociedade garanta a estabilidade econômica para todos os seus cidadãos, pois isso significaria o fim da liberdade de escolha de consumo e de profissão.

Uma sociedade que tenta impor a estabilidade econômica, de renda e emprego a todos os seus cidadãos só terá três possíveis destinos: (i) controle total das decisões de todos os indivíduos pelo Estado – ou seja, as pessoas não poderão escolher livremente o que consumir, qual profissão seguir, quanto poupar, em qual atividade investir nem em qual região morar; (ii) a informalização completa e o total desrespeito pela lei – isto é, empresas irão atuar sem pagar impostos e sem seguir as regras determinadas pelo Governo, funcionarão sempre na clandestinidade; ou (iii) uma mistura parcial entre (i) e (ii). Não há dúvidas de que a legislação brasileira, ao tentar impor por meio da lei a segurança ilimitada a determinados servidores e a segurança limitada a determinados trabalhadores, fez com que o nosso país seguisse o terceiro destino.

(*) Graduado em Economia pela UFMG e Mestre em Economia pela USP. Trabalhou nos Bancos de Investimento Brasil Plural e Indusval & Partners, foi coordenador do diagnóstico financeiro da equipe de transição do Governador Romeu Zema e atualmente trabalha como Assessor de Desestatização no Governo de Minas Gerais.
(**) Programador pela PUC-MG, Alumnuns do Instituto Mises Brasil (IMB) e cursa a Pós-Graduação em Economia em Escola Austríaca também pelo IMB. Trabalhou como Desenvolvedor de Softwares nas empresas SYS10, Rumo Soluções e atualmente trabalha na Siteware.

O IGP-M e Suas Atuais Distorções no Mercado Imobiliário

Gabriel Brasil (*)

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em fevereiro, o IGP-M – principal indexador para o aluguel no Brasil – atingiu 28,9% para o período de 12 meses. No mesmo período, o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, ficou em 5,2%. Trata-se de uma diferença com implicações significativas para a economia brasileira, em particular para o mercado imobiliário. Vale notar que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, de 2019, imóveis alugados representam 18% do total de moradias do país. Ainda: de acordo com levantamento feito pela Folha de São Paulo em outubro de 2020, cerca de 3,3 milhões de famílias brasileiras gastam mais de 30% da sua renda mensal total com aluguel.

Este panorama inflacionário tem chamado a atenção do noticiário do país nos últimos meses em meio à delicada situação econômica que enfrenta uma parcela significativa da população brasileira em função da pandemia da COVID-19. A sucessão de matérias na mídia local sobre o assunto tem suscitado um debate importante sobre a indexação desta importante despesa, e o uso do controverso IGP-M neste contexto é colocado em xeque. Justifica-se, portanto, entender melhor esta questão.

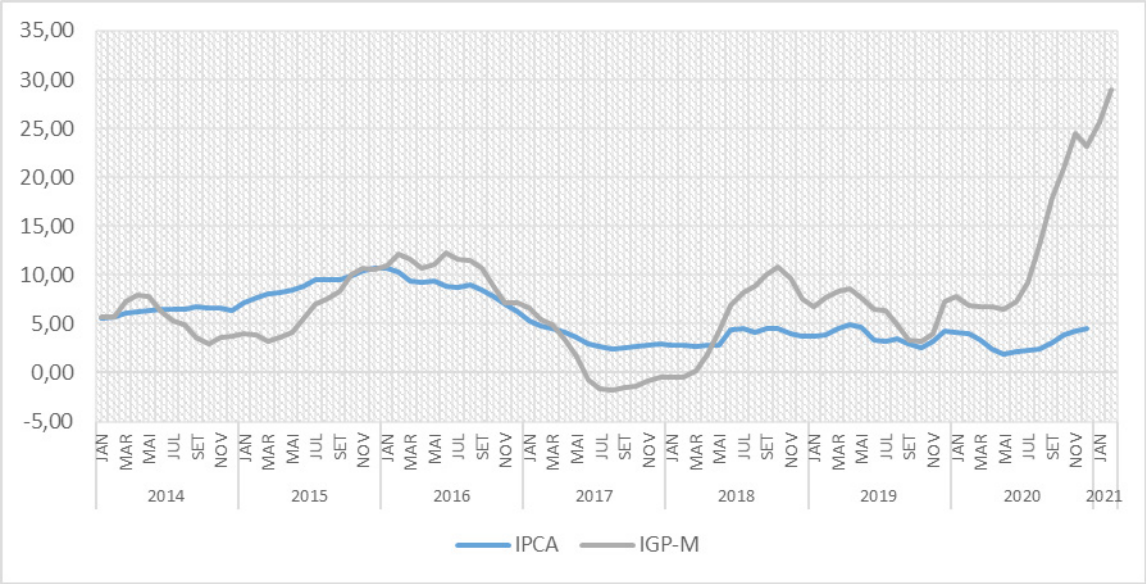
A criação do IGP-M, na década de 1980, foi um serviço prestado pela FGV a um grupo de empresas que, preocupadas com as frequentes alterações dos índices de preços oficiais no contexto da hiperinflação à época, procuraram a instituição para terem acesso a um indicador confiável e independente. O índice se tornou particularmente importante em 1991, quando a Lei do Inquilinato previu que contratos de aluguel tivessem um índice predeterminado para sua correção em períodos de pelo menos 12 meses. O IGP-M se popularizou e se tornou o principal indexador para tais contratos desde então. Tornou-se, inclusive, popularmente conhecido como "o índice que mede a inflação do aluguel".

Ao contrário do IPCA, o IGP-M não é um índice primário baseado em uma cesta de produtos. Isto é, ele é dado a partir da combinação de três índices diferentes, quais sejam:

- O Índice de Preços por Atacado (IPA), com peso de 60%
- O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30%
- O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), com peso de 10%

Tipicamente – e a despeito de flutuações pontuais –, o IGP-M e o IPCA seguem trajetórias relativamente convergentes no longo prazo. No entanto, no último ano, a descolagem entre os dois índices atingiu patamares muito acima da média histórica, como ilustrado a seguir.

Gráfico 1 - IGP-M e IPCA Acumulado Para 12 Meses, 2014-2021



Fontes: IBGE e FGV.

Grosso modo, a flutuação acentuada do IGP-M se deveu, em sua maior parte, às variações do IPCA – por sua vez, explicadas principalmente pela variação cambial de poucos precedentes no período. De acordo com a FGV, tal índice variou em 41,8% no acumulado de 12 meses até fevereiro. Numa leitura estrita, a oscilação no IGP-M pouco teve a ver, portanto, com a dinâmica própria do mercado imobiliário. Pelo contrário: o índice atingiu recordes de alta quando, em meio à recessão significativa e às crescentes incertezas econômicas geradas pela pandemia, a demanda por imóveis na maior parte do país provavelmente se reduziu (ainda que temporariamente). Houve, então, um descompasso significativo – representativo de uma distorção econômica – com implicação direta no bolso de boa parte das famílias brasileiras. Nota-se, por exemplo, que em janeiro de 2021, o governo anunciou o reajuste anual do salário mínimo em 5,26% – um patamar próximo ao IPCA anual, mas distante da variação do IGP-M. Sabe-se também que o IPCA é, ainda, uma das bases principais das negociações entre sindicatos e empresas para demais salários da economia, com os reajustes anuais quase sempre orbitando o valor do índice do IBGE.

Para além do panorama residencial, a distorção causada pela alta expressiva do IGP-M no último ano tem implicações diretas também para outros segmentos da economia, como o comércio. Segundo matéria do *Valor Econômico* de dezembro de 2020, algumas empresas donas de imóveis comerciais têm adotado mudanças na indexação das suas propriedades, trocando o IGP-M pelo IPCA dada a crescente pressão por parte de lojistas ao redor do país.1 No entanto, apesar desta bem-vinda flexibilidade por parte de alguns players do setor, sabe-se que nem sempre locadores estarão dispostos a abrir mão de um reajuste maior que é, em tese, garantido contratualmente em um período de tantas incertezas econômicas.

Neste panorama, a judicialização – que também é um sintoma de risco econômico elevado e de insuficiente previsibilidade regulatória – tem se tornado relativamente frequente, trazendo incertezas e onerando inquilinos, proprietários, além do próprio judiciário. Uma matéria do jornal *O Globo* de fevereiro reportou o aumento de indústrias buscando a justiça para, ao fracas-

sarem na negociação com os donos dos imóveis em que operam, obter uma solução menos custosa para atravessarem o período econômico complicado pelo qual passa o Brasil.2

Faz-se importante notar que, tanto no caso dos imóveis residenciais como no caso de propriedades comerciais/industriais, há, na grande maioria das vezes, um custo de *set-up* relevante para a hipótese de mudança – isto é, uma demanda por investimento (por exemplo, para a reforma/adaptação do novo espaço) no caso da troca de imóvel. Trata-se de um investimento que muitas empresas – em particular as micro e pequenas – não têm condições de fazer num momento recessivo como o atual, o que gera uma considerável rigidez na dinâmica de oferta e demanda e acentua a distorção gerada pela escalada do IGP-M.

Sob o ponto de vista da política econômica, vale lembrar que o sistema de metas de inflação do Banco Central (BACEN) usa como base o IPCA, o que traz maior previsibilidade ao comportamento do índice. Afinal, havendo a confiança dos agentes na capacidade do BACEN de perseguir sua meta e autonomia para que o banco o faça, o mercado é capaz de, em razoável medida, antecipar tal movimento – garantindo a capacidade das empresas de se planejarem para suas atividades-fim sem se preocuparem tanto com despesas indiretas, como é o aluguel. Ainda que flutuações mais agressivas na taxa de câmbio (que impactam o IPA e, consequentemente, o IGP-M) sejam comumente amortecidas pelo BACEN no curto prazo, a instituição não tem mandato para manter o IGP-M dentro de níveis predeterminados. Há, portanto, limitada – se alguma – ancoragem institucional para este indicador.

Por outro lado, dada a credibilidade de que tem gozado o IBGE nas últimas três décadas – em função da sua independência e do seu notório quadro técnico – e o arcabouço político-econômico de maior controle frente à inflação desde a implementação do bem-sucedido Plano Real, as motivações originais para o uso do IGP-M têm perdido sua importância. Faz sentido, então, discutirmos o abandono deste índice – ao menos na forma generalizada do seu uso para o aluguel, como é hoje – em favor de métricas mais diretamente ligadas à dinâmica dos setores envolvidos. Os benefícios parecem claros: maior contemplação de dinâmicas mercadológicas no curto prazo, reduzindo distorções e riscos de judicialização.

Como discutido, *players* dos dois lados do mercado imobiliário – na oferta e na demanda – têm se antecipado a este movimento, mas faltam evidências acerca da situação de pessoas expostas a assimetrias de poder mais significativas no contexto de negociações desse tipo, como inquilinos de menor renda. Vale lembrar que a eventual inadimplência nestes casos é um custo econômico importante – em especial, em períodos em que o endividamento das famílias restringe a capacidade de retomada econômica do país. É importante, então, que o debate de superação do IGP-M como índice principal para o aluguel seja conduzido em um nível mais amplo, e não fique restrito a negociações individuais.

Ressalva-se que é complicado propor e conduzir alterações metodológicas ou de abordagem para indexações em momentos de maiores incertezas – sobretudo para temas associados à inflação, que tendem a gerar desconfiança em países marcados historicamente por cenários de hiperinflação como o Brasil. Ao mesmo tempo, no entanto, crises são, em geral, terreno fértil para reformas necessárias. Caso feitas com cautela e com base em boas evidências, estas são sempre bem-vindas. É hora de enfrentar este debate.

1 Aumenta discussão sobre reajuste de aluguel comercial pelo índice", Valor Econômico, 30 de dezembro de 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/30/aumenta-discussao-sobre-reajuste-de-aluguel-comercial-pelo-indice.ghtml . Acesso em: 15 mar. 2021.

2 "Guerra do aluguel: Indústrias vão à Justiça contra donos de galpões para barrar reajuste". Jornal O Globo, 18 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/guerra-do-aluguel-industrias-vao-justica-contra-donos-de-galpoes-para-barrar-reajuste-24887429 . Acesso em: 15 mar. 2021.

(*) Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).

Perspectivas Para o Teto de Gasto, Resultado Primário e Dívida Pública

Guilherme Tinoco (*)

O debate sobre política fiscal começou quente em 2021. Não só pelos resultados em 2020, que levaram a dívida bruta a saltar quase 15 pontos percentuais do PIB, mas também pelas perspectivas futuras, começando por 2021. A rigor, as discussões sobre o ano de 2021 começaram em agosto de 2020, no momento da apresentação do PLOA 2021 pelo governo federal. Naquele momento, indicavam-se despesas em 2021 no limite do teto de gasto, mas sem levar em conta a criação de novo programa social ou prorrogação do auxílio emergencial. Diante desta dificuldade, a questão demorou a avançar, de maneira que chegamos à segunda metade de março ainda sem o orçamento anual aprovado pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, o objetivo do texto é discutir as perspectivas para a política fiscal por meio da apresentação de projeções atualizadas para o teto de gasto e principais variáveis fiscais.

Isto posto, começamos pela análise de 2020. O resultado primário do governo federal apontou um déficit de R$ 743 bilhões (10,0% do PIB), de longe o maior número da série histórica. As receitas ficaram em R$ 1.204 bilhões e as despesas em R$ 1.947 bilhões. O teto não foi rompido, pois a maioria das despesas relativas à pandemia foi feita via crédito extraordinário.1

Uma coisa importante a notar sobre 2020, que tem implicações para a dinâmica futura da despesa, é que as duas principais rubricas do gasto obrigatório tiveram um desempenho bem melhor do que o projetado ao longo do ano. A Tabela 1 compara o gasto realizado com as estimativas oficiais feitas em julho de 2020 (que basearam a elaboração do PLOA 21): para o RGPS, o gasto ficou em R$ 664 bilhões (frente à estimativa de R$ 677 bilhões) e, para pessoal, o gasto ficou em R$ 321 bilhões (frente à estimativa de R$ 325 bilhões).2

Nota-se também que as despesas sujeitas ao teto ficaram em R$ 1.403 bilhões, com R$ 52 bilhões de folga em relação ao teto de R$ 1.455 bilhões. Esse número precisa ser relativizado por conta de algumas particularidades devidas à pandemia, como no caso do Bolsa Família, que teve uma parcela gasta computada como crédito extraordinário e, portanto, aliviou o teto "artificialmente". Tomando o número ao pé da letra, entretanto, a folga de 2020 se soma ao aumento de R$ 31 bilhões no teto, que vai a R$ 1.486 bilhões, abrindo um espaço de R$ 83 bilhões para aumento de gasto em 2021.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional: 2019, 2020 (Projeção do 3º Bimestre) e 2020

	2019	2020 (previsão 3º bimestre)	2020
Receita Líquida	**1.346,8**	**1.195,3**	**1.203,9**
Despesa Total	**1.441,8**	**1.982,8**	**1.947,0**
Benefícios Previdenciários	626,5	677,2	663,9
Pessoal	313,1	324,8	321,3
Outras obrigatórias	195,2	722,4	720,1
Discricionárias	307,0	258,5	241,7
Obrigatórias com Controle de Fluxo	142,8	143,4	133,5
Discricionárias	164,2	115,1	108,2
Resultado Primário	**-95,1**	**-787,5**	**-743,1**
Despesas sujeitas ao teto	1.373	N/D	1.403
Teto	1.407	-	1.455
Folga	34	-	52

Fonte: Ministério da Economia. Valores em R$ bilhões.

Para 2021, a base de partida é PLOA 2021. Apresentado em 31/08/20, indicava receita de R$ 1.283 bilhões, despesa de R$ 1.517 bilhões e resultado deficitário de R$ 234 bilhões para o governo federal. O nível da despesa discricionária estava em R$ 112 bilhões (considerando as emendas parlamentares e levando em conta a capitalização de estatais no valor de R$ 4 bilhões). As despesas sujeitas ao teto estariam no limite, de R$ 1.486 bilhões, como exposto na Tabela 2.

Desde então, muita coisa mudou em relação às despesas. O INPC, índice que corrige a maioria dos benefícios sociais, era projetado em 2,1%, mas fechou o ano em 5,5%. Por outro lado, o gasto abaixo do planejado em RGPS e pessoal principalmente não só reduziu o nível de despesa, como sugeriu que a taxa de crescimento anual pode ser menor do que se pensava.3

Além disso, entraram nas estimativas algumas despesas fora do teto: gastos com a pandemia relativos a créditos reabertos do ano anterior, como os R$ 20 bilhões das vacinas, e também os gastos extra-teto aprovados pela PEC Emergencial,4 no valor de R$ 44 bilhões e que serão utilizados para um novo auxílio emergencial.

Algumas dessas mudanças, desde a apresentação do PLOA, foram captadas nas estimativas apresentadas em dezembro, no momento da publicação da LDO, quando o déficit previsto passou a ser de R$ 247 bilhões. Para incorporar todas as alterações aqui expostas, também apresentamos projeções próprias para o balanço primário de 2021, como pode ser visto na Tabela 2, que compara as estimativas do PLOA, da LDO e as deste autor.5

Tabela 2 - Estimativas Para Resultado do Tesouro Nacional em 2021: PLOA, LDO e Própria

2021	PLOA	LDO	Projeção
Receita Líquida	**1.283,2**	**1.302,3**	**1.328,1**
Despesa Total	**1.516,8**	**1.549,5**	**1.597,4**
Benefícios Previdenciários	704,4	710,4	710,4
Pessoal	337,3	335,8	334,8
Outras obrigatórias	207,9	248,2	295,2
Discricionárias	267,2	255,1	257,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	154,8	154,8	154,8
Discricionárias	112,4	100,2	102,2
Resultado Primário	**-233,6**	**-247,2**	**-269,3**
Despesas sujeitas ao teto	1.486	1.486	1.486
Teto	1.486	1.486	1.486
Folga	0	0	0

Fonte: Ministério da Economia, LDO e projeções próprias. Valores em R$ bilhões.

Como pode ser visto, o nível da despesa discricionária se reduz ainda mais em relação ao projetado no PLOA, ainda que seja um pouco maior do que foi previsto na LDO e fica em R$ 102 bilhões.

Em relação ao teto de gasto, ele se manteve no limite, com as despesas sujeitas ao limite e totalizando R$ 1.486 bilhões. Um ponto importante a se notar, entretanto, é que, no ano de 2022, o limite de gasto será um pouco menos apertado. Isso ocorre porque a inflação que reajusta o limite de gastos, o IPCA em 12 meses de junho de 2021, estará em torno de 7%. Isso significa que o teto deverá ficar em R$ 1.590 bilhões, abrindo um espaço de R$ 104 bilhões para aumento do gasto. As projeções para evolução do teto, resultado primário e dívida são expostas na seção seguinte.

1 Projeções

Com base nos resultados de 2020 e nas projeções de 2021, atualizamos as projeções anuais até 2030. O cenário macroeconômico segue, de maneira geral, as projeções de mercado, por meio do Boletim Focus. Para o cenário das contas fiscais, há uma série de premissas em relação a cada rubrica da receita e da despesa. Tudo isso se encontra no anexo.

Tabela 3 - Estimativas para Resultado do Tesouro Nacional 2021 – 2030

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	**1.635**	**1.468**	**1.602**	**1.717**	**1.844**	**1.963**	**2.090**	**2.225**	**2.369**	**2.524**	**2.688**	**2.864**
Receita Líquida	**1.347**	**1.204**	**1.328**	**1.431**	**1.539**	**1.639**	**1.745**	**1.859**	**1.980**	**2.109**	**2.247**	**2.395**
Despesa Total	**1.442**	**1.947**	**1.597**	**1.591**	**1.661**	**1.735**	**1.812**	**1.880**	**1.943**	**2.009**	**2.076**	**2.146**
Benefícios Previdenciários	627	664	710	746	782	820	859	900	943	989	1.036	1.086
Pessoal	313	321	335	344	353	362	372	382	392	402	413	424
Outras obrigatórias	195	720	295	229	245	263	282	303	319	337	355	374
Abono e Seguro Desem	56	60	60	64	68	73	77	82	88	93	99	105
LOAS/RMV	60	63	66	70	73	77	80	84	88	92	97	102
Desoneração	10	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundeb	16	15	24	31	38	45	53	62	66	70	74	79
Subsídios	11	21	14	12	12	13	13	14	14	15	15	15
Senteças Judiciais	16	23	21	22	24	25	27	28	30	32	34	36
Créditos Extraordinário	3	508	77	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Demais	24	22	25	26	27	27	28	29	30	31	32	33
Discricionárias	307	242	257	272	281	290	300	296	289	281	272	262
Obrigatórias com Contr	143	134	155	160	165	171	176	182	188	194	200	207
Discricionárias	164	108	102	112	116	119	123	114	101	87	72	55
Resultado Primário	**-95**	**-743**	**-269**	**-160**	**-122**	**-96**	**-67**	**-22**	**36**	**101**	**171**	**249**
Result. Primário (% PIB)	**-1,3%**	**-10,0%**	**-3,3%**	**-1,8%**	**-1,3%**	**-1,0%**	**-0,6%**	**-0,2%**	**0,3%**	**0,8%**	**1,3%**	**1,7%**
Despesas sujeitas ao teto	1.373	1.403	1.486	1.553	1.617	1.683	1.752	1.811	1.870	1.931	1.994	2.059
Teto	1.407	1.455	1.486	1.590	1.646	1.699	1.754	1.811	1.870	1.931	1.994	2.059
Folga	34	52	0	37	29	16	2	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Economia e projeções próprias (2021 a 2030). Valores em R$ bilhões.

2 Resultado Primário

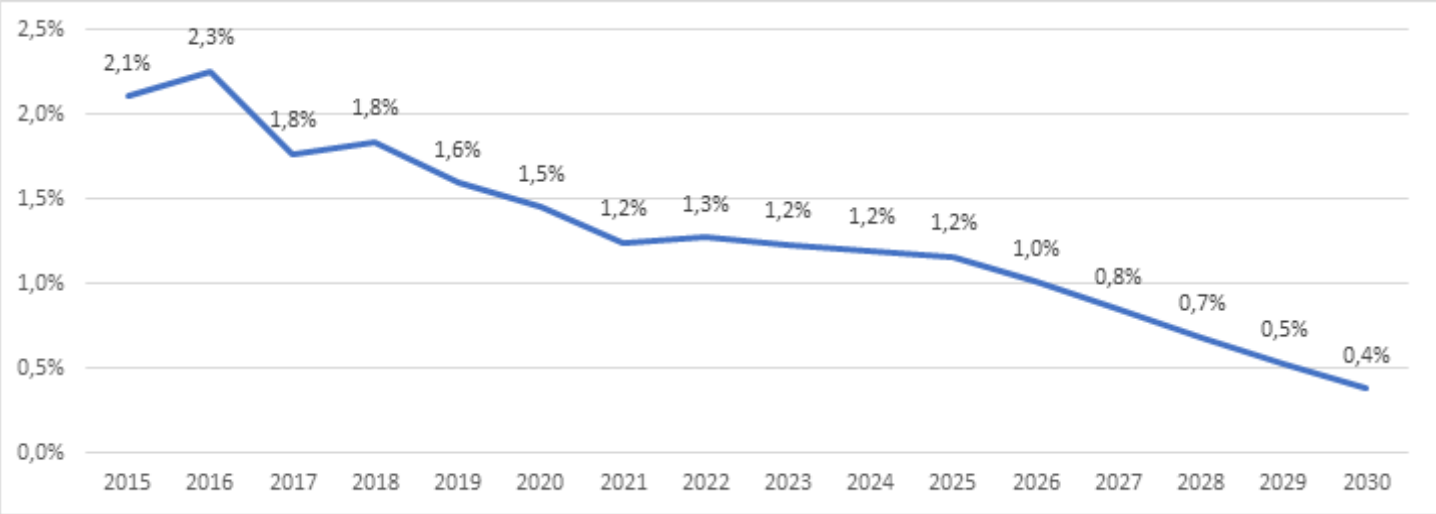
No caso do resultado primário, percebe-se que o déficit ainda será bastante elevado em 2021, tendendo a aproximar-se de R$ 270 bilhões. Neste valor, já consideramos o gasto extra-teto de R$ 44 bilhões, computado como crédito extraordinário e que possibilitará o pagamento de parcelas adicionais do auxílio emergencial.6

A tendência para o resultado primário nos próximos anos segue deficitária. A não ser que haja surpresas pelo lado da receita (como vendas e concessões), ou ainda reformas relevantes pelo lado do gasto, o resultado primário só deve voltar ao terreno positivo em 2027. As premissas também levam em conta o respeito ao teto de gasto em todo o horizonte de projeção, inclusive após 2026, devendo ser consideradas, portanto, bastante conservadoras.

3 Teto de Gasto

No caso do teto de gasto, como falado, a premissa para a realização do exercício é de que ele siga respeitado até o fim do horizonte de projeções. Tomando como base as estimativas aqui presentes, ele seguirá com uma folga nos próximos anos, mas dentro de um cenário bastante conservador. As despesas discricionárias seguem nos menores patamares da série histórica. A partir de 2026, o gasto discricionário começa a ser reduzido novamente em termos reais, o que contribuirá para que a regra seja revista. Nesse caso, os resultados após 2026 precisam ser encarados apenas como uma referência, pois as despesas discricionárias estariam em níveis cada vez mais insustentáveis (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Estimativas Para a Despesa Discricionária do Governo Central – 2021 a 2030



Fonte: Ministério da Economia e projeções próprias (2021 a 2030). Valores em % do PIB. Para 2019, já descontado o valor referente à operação da cessão onerosa.

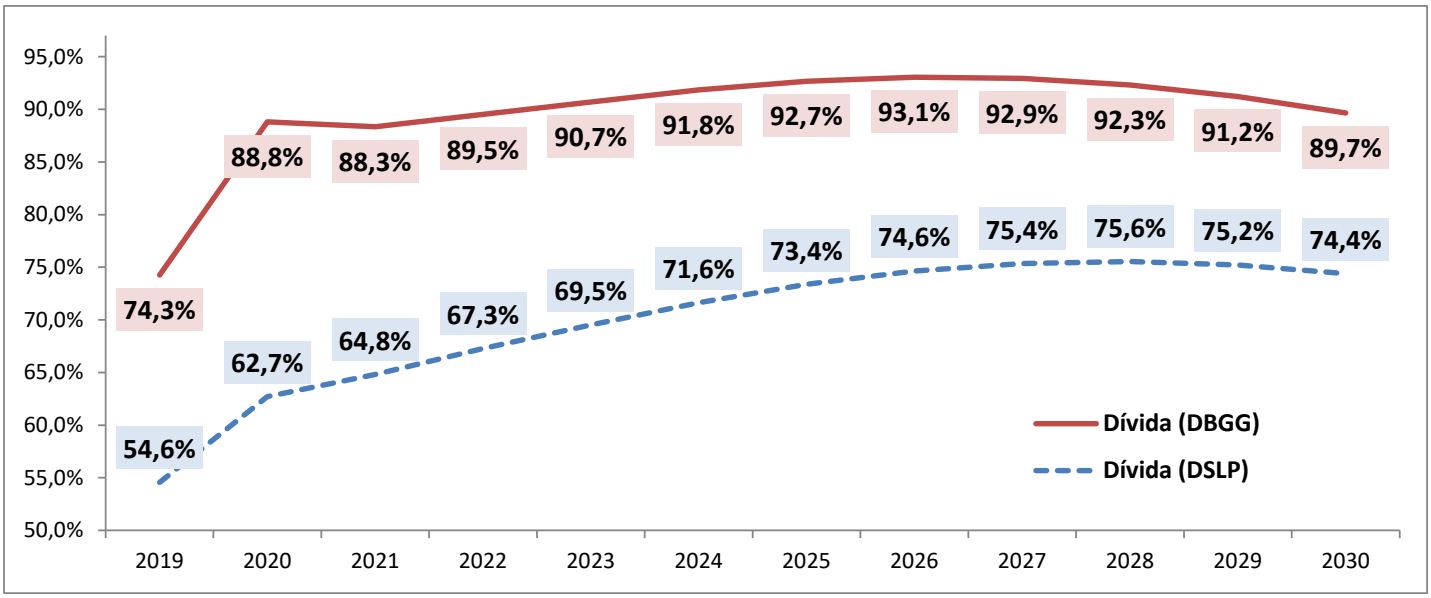
4 Dívida

Por fim, em relação aos indicadores de dívida, observamos pelo Gráfico 2 um aumento na dívida bruta que, embora modesto, é longo e vai até 2026, quando começa a ceder, vagarosamente, após alcançar 93,1% do PIB. No curtíssimo prazo, há uma queda na relação dívida bruta sobre o PIB, refletindo o aumento mais forte do PIB real e, principalmente, do PIB Nominal em 2021, além de mais uma devolução de recursos do BNDES para o Tesouro. Ao longo do horizonte de projeção, a relação fica próxima a 90% do PIB em todo o período.

Para a dívida líquida, a trajetória é mais ascendente e demora um pouco mais a se estabilizar. Isso ocorre por conta da diminuição relativa do tamanho dos ativos do governo, em especial os recursos emprestados aos bancos públicos e as reservas internacionais.

Aqui cabe reforçar novamente as limitações do exercício, principalmente após 2026, quando a regra que limita o teto de gasto estará em situação insustentável.

Gráfico 2 - Estimativas para a Dívida Bruta e Dívida Líquida – 2021 a 2030



Fonte: Projeções próprias (2021 a 2030). Valores em % do PIB.

5 Considerações Finais

As projeções apresentadas aqui nos permitem concluir alguns pontos. O primeiro é que, com resultados mais favoráveis em relação à dinâmica da evolução nos gastos com previdência e pessoal, acrescidos do reajuste mais elevado que haverá no teto de gasto em 2022, esse limite se tornou um pouco mais folgado para os próximos anos. Para isso também contribuiu uma contínua diminuição dos gastos discricionários, que serão testados a um nível muito baixo em 2021. Pode-se falar, portanto, em uma sobrevida ao teto de gasto, ou diminuição no risco de seu rompimento, apesar dos níveis preocupantes em relação ao gasto discricionário, incluindo o investimento.

O segundo é em relação ao resultado primário, que, pelas projeções apresentadas, ainda irá demorar alguns anos para voltar ao campo positivo. Por fim, em relação à dívida bruta, sua trajetória será ascendente por mais alguns anos, mas de maneira moderada, passando levemente da marca de 90% do PIB e ainda distante da marca dos 100% do PIB.

Logicamente, esse cenário é baseado em numerosas premissas, tanto em relação ao cenário macroeconômico quanto em relação à evolução das contas públicas. No primeiro caso, o cenário de longo prazo apresentando uma Selic real abaixo de 3% e um crescimento econômico em 2,5% faz com que a reversão do resultado primário para o terreno positivo seja suficiente para colocar a dívida em trajetória descendente. São, de maneira geral, os famosos r e g referenciados por Blanchard (2019), ainda que com uma dose de simplificação.

No segundo caso, a premissa do respeito ao teto de gasto é bastante forte, não só por demandar a manutenção de um nível de despesa discricionária extremamente baixo desde já, mas também por impedir reajustes salariais do funcionalismo por todo o período e impedir a criação de um novo programa de distribuição de renda (ou amplia-

ção do Bolsa Família), o que é bastante discutido hoje em dia.

O objetivo principal do texto foi apresentar projeções atualizadas para o cenário fiscal até 2030, com base nas regras vigentes, fornecendo insumos para o debate sobre a política fiscal. A conclusão é que o cenário segue bastante apertado, sobretudo em relação ao teto de gasto, e que exigirá bastante habilidade dos nossos *policy-makers* para equilibrar, de um lado, a postura fiscalmente responsável e, de outro, as crescentes demandas por programas sociais e políticas públicas de melhor qualidade.

Anexo

1. Premissas Macro

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PIB (%)	-4,1%	3,2%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Deflator IPCA (média do ano)	-	6,3%	4,0%	3,4%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
Delta Deflator PIB	-	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
PIB Nominal	7.448	8.211	8.797	9.368	9.964	10.598	11.272	11.989	12.751	13.562	14.425
IPCA	4,5%	4,5%	3,5%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
IPCA até junho	2,1%	7,0%	3,5%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
INPC	5,5%	4,5%	3,5%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
Salário Mínimo	-	4,5%	3,5%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
Câmbio fim de período	5,20	5,30	5,38	5,44	5,51	5,58	5,65	5,72	5,79	5,86	5,93
Selic Fim de período	2,00%	4,50%	5,50%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Petróleo (US$/barril) - médio	42,0	55,0	60,0	70,0	70,0	70,0	70,0	70,0	70,0	70,0	70,0

2. Premissas Receitas e Despesas (2022 – 2030)

Receita Bruta	**Soma**
Administrada	f (Elasticidade e PIB Nominal)
RGPS	f (Elasticidade e PIB Nominal)
Não administrada	
Concessões e Permissões	PIB Nominal + extraordinárias
Dividendos e Participações	PIB Nominal
Cota-parte	f (Petróleo, Câmbio, crescimento)
Demais	PIB Nominal
Transferências a E&M	**Percentual médio**
Receita Líquida	**Soma**
Despesa Total	
Benefícios Previdenciários	**Quantidade: variação real 2020. Preço: SM/INPC**
Pessoal	**Variação nominal 2020**
Outras obrigatórias	
Abono e Seguro Desemprego	**PIB Nominal**
LOAS/RMV	**INSS**
Desoneração	**Acaba em 2022**
Fundeb	**PIB Nominal + Novos percentuais Fundeb**
Subsídios	**Redução em 2022 e IPCA a partir de 2023**
Senteças Judiciais	**PIB Nominal**
Créditos Extraordinários + Apoio EE/MM	**Valor 2019**
Demais	**IPCA**
Discricionárias	
Obrigatórias com Controle de Fluxo	**IPCA**
Discricionárias	**IPCA (com reduções para cumprir o teto quando necessário)**

Referência

BLANCHARD, O. Public debt and low interest rates. **American Economic Review**, v. 109, n. 4, p. 1197-1229, 2019.

1 As despesas primárias relacionadas ao combate ao vírus totalizaram R$ 521 bilhões, segundo o Tesouro Nacional. Destacam-se o auxílio emergencial (R$ 293 bilhões), a transferências a E&M (R$ 78 bilhões) e o Bem (R$ 33 bilhões), dentre outras.

2 A diferença fica ainda mais clara quando olhamos a taxa de crescimento nominal em relação a 2019. No caso do RGPS, passou-se de 8,1% para 6,0%; Pessoal: 3,7% para 2,6%.

3 Outra mudança relevante desde o PLOA 21 é a prorrogação da desoneração da folha, que prolongou para 2021 o gasto com a compensação do RGPS, pressionando o gasto para cima.

4 Transformada na Emenda Constitucional nº 109, promulgada em 15/03/21.

5 As premissas são detalhadas no anexo. Para as duas contas principais, RGPS e Pessoal, manteve-se a taxa de crescimento real de ambas do ano anterior, sendo que, para Pessoal, foi acrescido o valor de R$ 5 bilhões relativo ao aumento salarial dos militares.

6 A depender da evolução da pandemia, contudo, é possível que haja novas rodadas de despesas relacionadas a serem realizadas extra-teto.

(*) Mestre em Economia pela FEA/USP.
(E-mail: gtinoco2002@hotmail.com).

Relatório de Indicadores Financeiros1

Núcleo de Economia Financeira da USP – nefin-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada em ações de empresas com alta razão "valor contábil-valor de mercado" e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção "Fatores de Risco": <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short) (02/01/2012 – 12/03/2021)

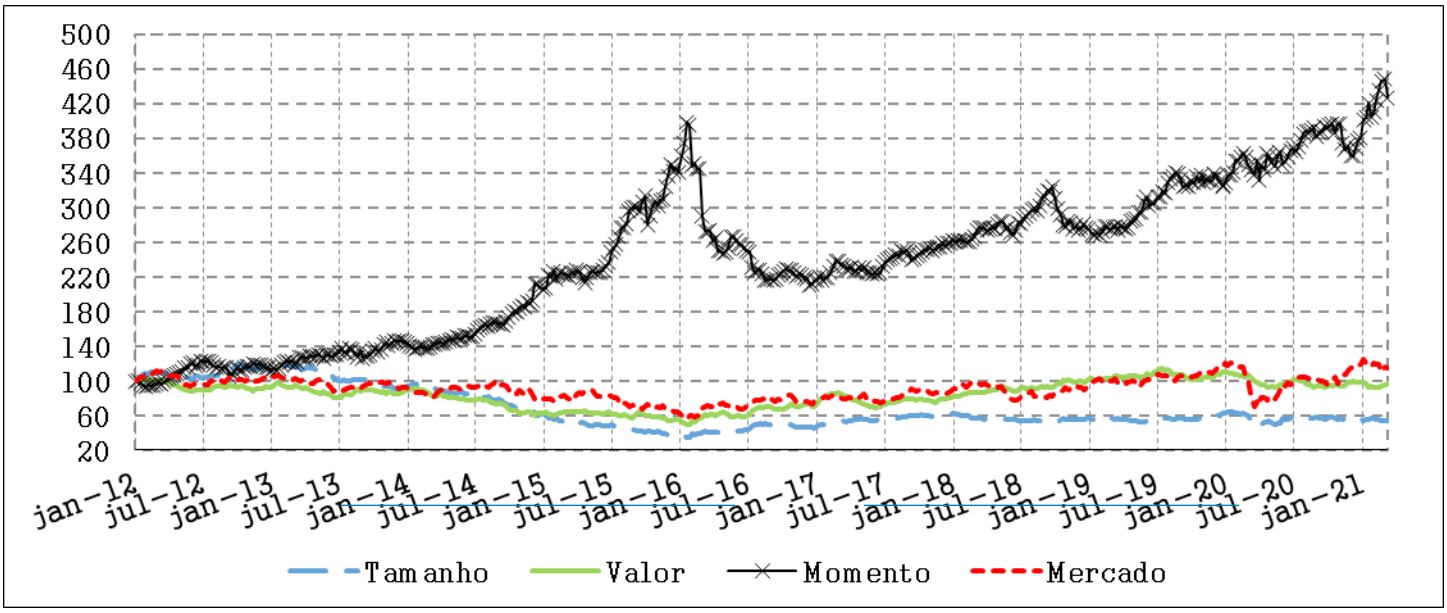


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	1,03%	1,32%	-4,86%	-1,27%
Mês de atual	0,14%	2,81%	-4,38%	3,09%
Ano atual	-4,08%	-1,92%	12,14%	-4,23%
2010-2021	-46,43%	-14,53%	625,83%	-8,30%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aversão ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 12/03/2021)

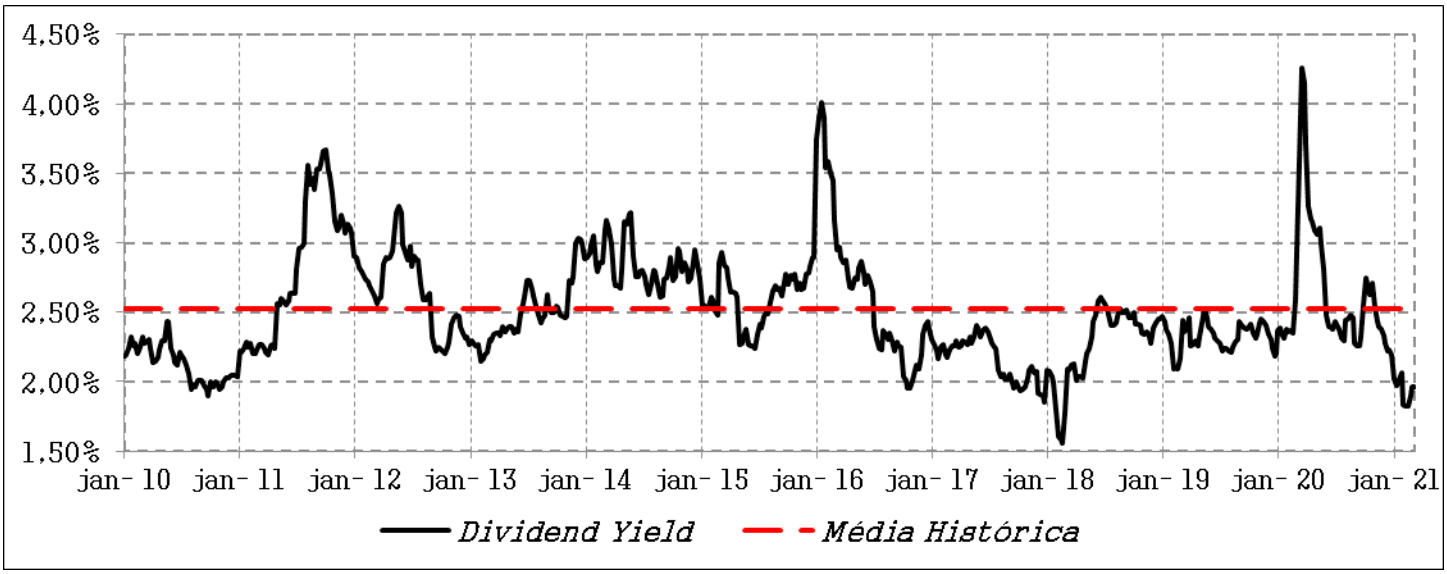


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	CSNA3	4068,28	CSMG3	4,97
2.	CRFB3	3157,96	ELET3	5,37
3.	BIDI4	1544,98	WIZS3	9,39
4.	GNDI3	500,29	TRPL4	9,45
5.	MGLU3	482,60	ETER3	11,20
6.	STBP3	432,60	ROMI3	11,59
7.	USIM5	390,86	CESP6	11,70
8.	CCPR3	301,60	CYRE3	12,77
9.	SIMH3	292,03	ENAT3	14,03
10.	HAPV3	261,45	CPFE3	16,22

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 11/03/2021)

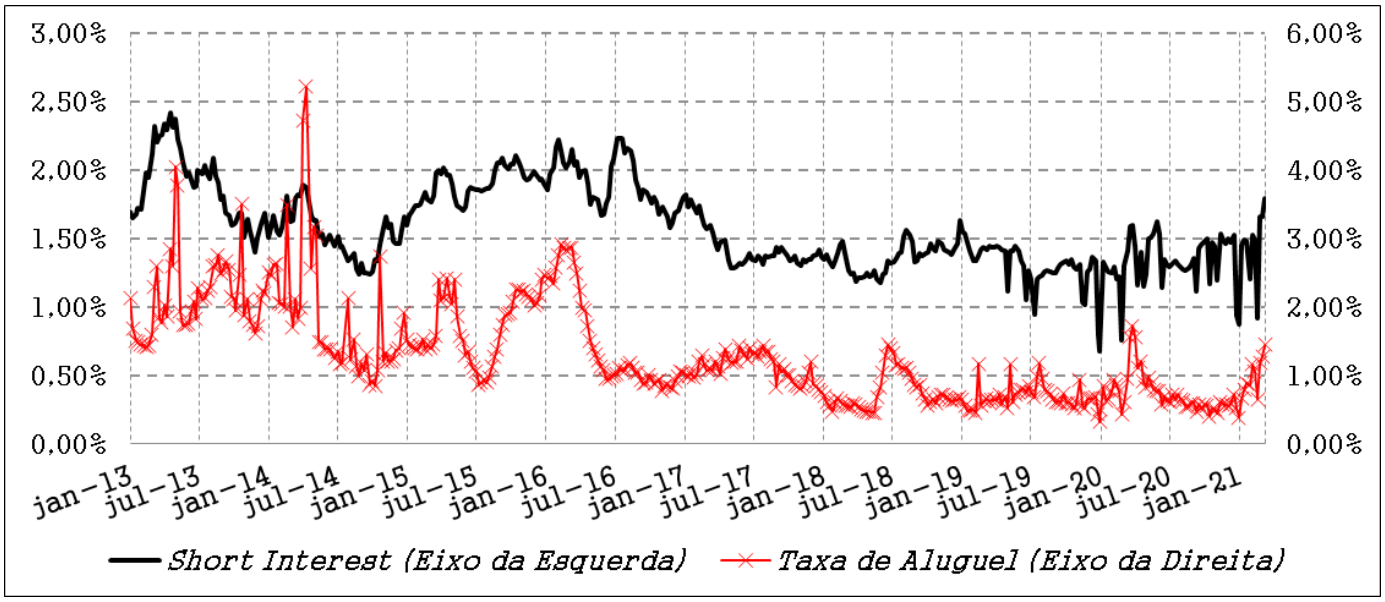


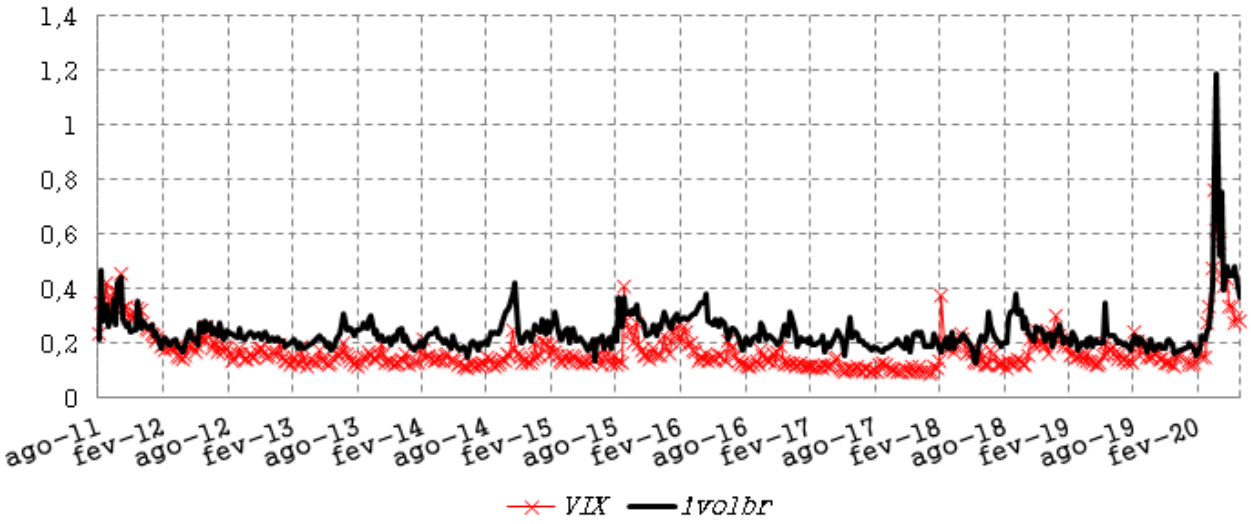
Tabela 3

	Cinco Maiores da Semana			
	Short interest		Taxa de Aluguel	
1.	WEST3	11,22%	CSAN3	39,78%
2.	BRML3	8,24%	NGRD3	24,99%
3.	COGN3	8,06%	TASA3	22,98%
4.	HGTX3	8,02%	TASA4	21,08%
5.	TCAS3	7,61%	BIDI3	18,57%
	Variação no *short interest*		Variação na taxa de aluguel	
1.	SMSL3	2,53%	CSAN3	12,46%
2.	CSAN3	1,44%	NUTR3	8,00%
3.	LJQQ3	1,33%	RCSL4	7,89%
4.	SQIA3	1,13%	MMXM3	3,45%
5.	AZUL4	0,96%	OFSA3	3,00%

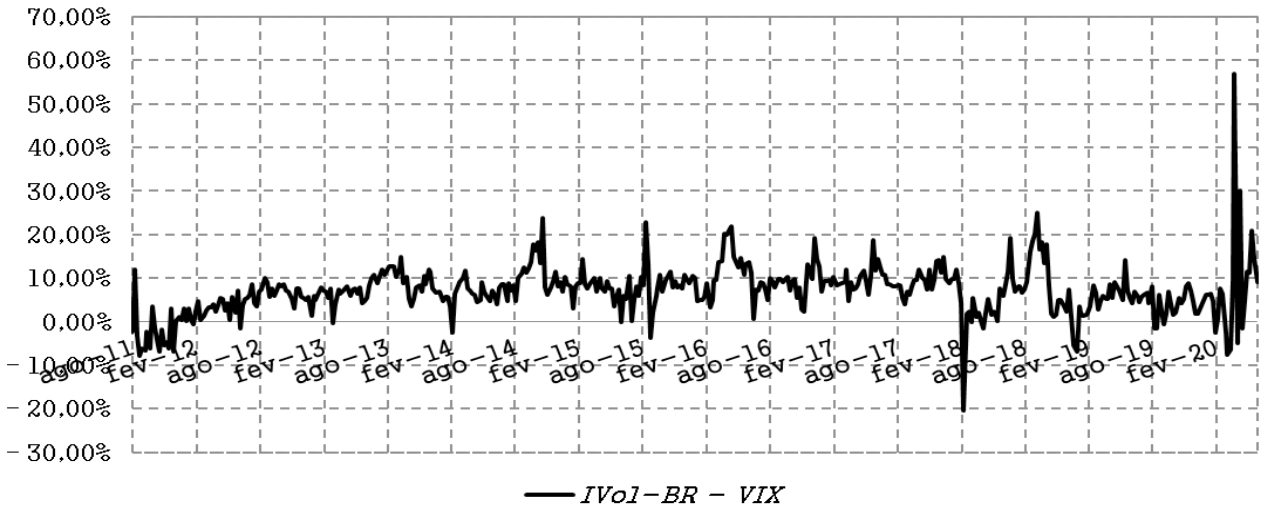
O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVESPA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.2 O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção "IVol-Br": <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 26/05/2020)

A



B



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte. O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <http://nefin.com.br/>.

pesquisa na fea – Economia

Política fiscal e migração: existe migração de bem-estar no Brasil?

EDUARDO RAMOS HONORIO DA SILVA

Tese de Doutorado

Orientador: André Luis Squarize Chagas

Banca: Leonardo Monteiro Monasterio, Fabiana Fontes Rocha, Raul da Mota Silveira Neto

Link: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-15012021-133020/pt-br.php

Resumo

A Constituição Brasileira de 1988 instaurou uma série de novas prerrogativas sobre os entes federativos, especialmente quanto aos seus direitos e obrigações, predominando uma orientação em favor da descentralização das competências do governo federal, de modo que as unidades federativas e os municípios passassem a ter um papel mais ativo na gestão de políticas públicas. Esta tese busca utilizar deste panorama para compreender se as migrações no Brasil poderiam ser influenciadas por medidas fiscais. Desta forma, busca-se compreender se aumentos de receitas, as quais poderiam financiar novos gastos públicos, seriam capazes de promover a atração de indivíduos. Para tanto, foi feita uma ampla revisão de literatura em que se buscou identificar como a teoria tem compreendido os movimentos migratórios, bem como estes têm sido retratados dentro da literatura empírica. Para a caracterização do fenômeno, utilizaram-se os dados do Censo Demográfico de 2010, o qual foi capaz de revelar a multiplicidade do migrante. Para analisar a existência de algum efeito causal das finanças

públicas sobre as migrações utilizou-se uma Regressão Descontínua Fuzzy, a qual se aproveitou das regras de alocação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Os resultados indicam que o efeito é heterogêneo, tal qual o perfil do migrante e o fenômeno migratório em si, ou seja, determinados grupos parecem não ser diretamente afetados pela política fiscal local quanto ao seu comportamento migratório, sendo outros canais, em especial o mercado de trabalho, possivelmente mais determinantes no processo de decisão. No entanto, ao se isolar melhor os grupos de migrantes em suas características, esse resultado se altera, havendo, portanto, um efeito de atração mais específico na ocorrência de um aumento exógeno de receitas, as quais poderiam ter financiado melhores serviços públicos, elevando assim o bem-estar dos habitantes do município de destino.

Ensaios em macroeconomia com agentes heterogêneos

Bruno Ferreira Cordeiro

Tese de Doutorado
Orientador: Fabio Kanczuk
Coorientadora: Roseli da Silva
Banca: Márcio Issao Nakane, Bruno de Paula Rocha, Gian Paulo Soave
Link: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15012021-133753/pt-br.php

Resumo

Os modelos macroeconômicos evoluíram bastante nos últimos anos e, com o avanço computacional, passaram a incluir heterogeneidade de renda e riqueza entre os indivíduos. Este avanço possibilitou o estudo de questões distributivas e explicitou a importância da distribuição de renda para a resposta das variáveis agregadas a choques. Esta tese é composta de três capítulos e faz uso de modelos com agentes heterogêneos para responder a inúmeras perguntas. No primeiro capítulo, estudamos os efeitos de um credit crunch, dado por um aperto na restrição de endividamento. Os resultados mostram que um choque que reduz a dívida dos indivíduos de 28% para 23% do PIB (Produto Interno Bruto) resulta em queda da taxa de juros, PIB e consumo. A propensão marginal a consumir tem um aumento considerável. Com relação aos aspectos distributivos, o índice de Gini diminui após o aperto na restrição de endividamento, o que resulta em melhor distribuição de renda. No segundo capítulo, analisamos como a forma que o governo equilibra sua restrição orçamentária, seja por transferências ou dívida pública, impacta as respostas das variáveis agregadas e distributivas a choques. Os resultados mostram que essa escolha importa e tem efeitos distributivos. Por exemplo, se a preocupação da política fiscal for voltada para o bem-estar dos mais pobres, há uma vantagem comparativa para um choque de transferência que seja ajustado pelas próprias transferências ao longo do tempo para garantir o atendimento à restrição orçamentária. Por fim, no último capítulo estimamos o modelo HANK (Heterogeneous Agents New Keynesian) do capítulo anterior com dados brasileiros usando Monte Carlo Sequencial, e fazemos análise de funções impulso resposta, decomposição da variância e aspectos distributivos. A resposta das variáveis macroeconômicas agregadas aos três tipos de choques presentes no modelo tem a direção esperada na maioria dos casos. Com relação aos aspectos distributivos, a evidência sugere que os choques afetam de forma diferente o consumo, a poupança e a oferta de trabalho para diferentes faixas de riqueza. A escolha do instrumento fiscal para o equilíbrio da restrição orçamentária importa para a resposta dos índices de Gini do consumo e da renda.

economia & história

Conselheiro Tolentino, um Funcionário da Monarquia (III)

Rômulo Manzatto (*)

Nas últimas edições de *Informações Fipe*, viemos acompanhando o percurso de Antonio Nicolau Tolentino, um funcionário de carreira do Tesouro Nacional no período da Monarquia brasileira.1

Como se sabe, Tolentino ascendeu na hierarquia funcional do Tesouro até aposentar-se em 1855, recebendo o título simbólico de *Conselheiro,* então reservado aos que ocupavam os cargos de prestígio, no topo da estrutura burocrática da época.

Resta a pergunta: no que a trajetória de um burocrata da monarquia brasileira pode nos interessar nos dias de hoje? Ou melhor, o que a ascensão profissional de um funcionário público de origem modesta – em um país então praticamente desprovido de educação básica, pode nos dizer sobre o Brasil atual?

Para o sociólogo e crítico literário Antonio Candido, a trajetória profissional de Tolentino constitui uma espécie de paradigma, evidenciando um dos caminhos pelos quais foi se formando a classe média no Brasil do século XIX. Para Candido, o caso de Tolentino serve mesmo para ilustrar as possibilidades de "mobilidade vertical no Brasil monárquico, cuja classe dominante sabia cooptar os elementos auxiliares de que precisava" (CANDIDO, 2007b, p. 137-138)".2

Por esse motivo, também por uma relação de parentesco direta com o personagem, Antonio Candido procurou reconstituir a trajetória de Tolentino em *Um funcionário da Monarquia – Ensaio sobre o Segundo Escalão* (CANDIDO, 2007). A obra foi redigida somente em 1985, após 10 anos de pesquisa intermitente em bibliotecas, arquivos públicos e acervos de família.

Nas edições anteriores, vimos os primeiros anos de Tolentino no serviço público, a partir de 1826, como funcionário da chamada "Mesa de Consciência e Ordem" de sua cidade natal, que mais tarde viria a constituir o município de Niterói. Uma década depois, o jovem funcionário da Monarquia já ocupava o cargo de segundo escriturário da Contadoria do Tesouro Nacional.

Daí em diante, Tolentino ocupou cargos de maior responsabilidade no Tesouro até ser nomeado chefe da Segunda Contadoria da Direto-

ria Geral de Contabilidade, com o título de contador-chefe, segundo posto mais alto da carreira funcional. (CANDIDO, 2007, p. 29).

No ano de 1851, a carreira de Tolentino passou por um verdadeiro ponto de inflexão. O já experiente funcionário, especialista em finanças públicas, foi nomeado para representar o Brasil em uma missão internacional como Comissário Imperial na Junta de Crédito Público, que ficaria responsável por negociar e estabelecer os termos de quitação de uma antiga dívida da República do Uruguai com o Brasil.

Foi exatamente no período passado em Montevidéu que Tolentino aproximou-se dos futuros Visconde do Rio Branco e Duque de Caxias, eles próprios ainda no início de suas carreiras políticas. Para Antonio Candido, foi a partir da experiência no Uruguai que Tolentino rompeu as limitações da vida estritamente burocrática e passou a se envolver diretamente no jogo político do Império "no qual recolheu alguns êxitos e deixou muitas penas" (CANDIDO, 2007, p. 31).

Já em 1856, Tolentino tornou-se o primeiro funcionário de carreira a ocupar o posto de presidente da Província do Rio de Janeiro, a mais importante do Brasil então. Não demorou para que Tolentino colocasse em prática seus ambiciosos planos de reforma da administração pública da província.

Em 1858, o Conselheiro propôs uma reforma administrativa que alterava substancialmente os meios de ingresso e promoção no serviço público local. Nos planos de Tolentino, o ingresso se daria somente por meio de concurso público de provas e as promoções ocorreriam sem saltos, de acordo com a antiguidade e mérito de cada funcionário.

A reforma contrariava os interesses políticos da elite provincial, uma vez que retirava da elite política a prerrogativa de barganhar cargos e empregos públicos como forma de consolidar apoios e reforçar alianças locais (CANDIDO, 2007, p. 54).

A classe política local reagiu de imediato, dando início a um período de intensos embates políticos na Assembleia provincial. Embora tenha contado inicialmente com o apoio e o respaldo do gabinete do Primeiro-ministro, a gestão de Tolentino não foi capaz de fazer frente à ofensiva parlamentar dos deputados provinciais. Já muito desgastado, o Conselheiro pediu demissão do cargo alegando motivos de saúde, abrindo caminho para que suas medidas de reforma da carreira pública local fossem rapidamente revertidas.

Esse não foi o último cargo de relevância política ocupado por Tolentino. Após mais de dois anos de "ostracismo" pela fracassada tentativa de reforma administrativa, em julho de 1861, Tolentino foi nomeado membro do Conselho Fiscal da recém-criada Caixa Econômica (posteriormente Caixa Econômica Federal).

Alguns meses depois, naquele mesmo ano, o Conselheiro foi novamente chamado a ocupar um posto de grande relevância, o de Inspetor da Alfândega. Como ressalta Antonio Candido, a alfândega era

> a mais vasta e complexa das repartições do Ministério da Fazenda, com centenas de funcionários, era das maiores fontes de renda do Estado, e considerada tão importante que chamavam à sua administração 'o sétimo ministério' e, depois que foi criado em 1860 o da Agricultura, 'oitavo'. (CANDIDO, 2007, p. 76)

Tolentino aceitou o cargo a contragosto e não demorou a confirmar a má impressão que tinha da repartição ao verificar a situação de verdadeiro descalabro que por ali corria. Já em novembro de 1861, uma vultosa apreensão de uma carga de vinhos contrabandeada colocaria Tolentino novamente nas manchetes dos jornais.

Como relata Candido, uma expressiva carga de vinhos, de propriedade do espanhol José Romaguera, foi apreendida pelos funcionários da Alfândega por tentativa de fraude fiscal. Como inspetor da Alfândega, coube a Tolentino o papel de julgador do caso.

Romaguera e seu advogado de defesa, o conhecido Ângelo Muniz da Silva Ferraz, logo atacaram a figura do julgador, acusando Tolentino de parcialidade. A outra parte consistia no funcionário da alfândega que fora responsável pela prisão, Antônio José de Castro, que se fazia representar no processo por um também conhecido advogado, o político e deputado Joaquim de Saldanha Marinho.

Marinho e Tolentino rebateram as acusações de Romaguera e Silva Ferraz publicamente. Mais habituado ao jogo de acusações e contemporizações do jogo político, Silva Ferraz respondeu de maneira enérgica, questionando a veracidade das acusações de seus detratores e procurando evidenciar a incongruência das posições por eles defendidas.

Tolentino agiu de forma diferente. Atacado em sua probidade de funcionário de carreira e mesmo em sua honestidade como cidadão, respondeu fora do tom, de maneira bastante agressiva, no que chegou a qualificar Silva Ferraz, advogado de Romaguera, como "um miserável" (CANDIDO, 2007, p. 80).

Para Antonio Candido, a reação desmedida de Tolentino se deve a

> uma espécie de pânico interior, seguido de explosão, no homem que, tendo conquistado dificilmente a respeitabilidade burguesa, guardava no íntimo a insegurança das origens sociais humildes. ("O que irão pensar de mim?"). Mais tarde, dirá, como se lê no Diário do imperador, que tinha 'perdido a cabeça' e não tivera o cuidado de consultar o prudente amigo Paranhos. (CANDIDO, 2007, p. 81)

Mesmo que estivesse com a razão, a intervenção desastrada de Tolentino lhe valeu uma condenação penal por injúria contra Silva Ferraz.

Não muito depois, a questão da alfândega teve novos desdobramentos. Foi instalada uma comissão de sindicância para apurar as conhecidas irregularidades no órgão. Embora a comissão de sindicância tenha ressaltado a honestidade de Tolentino lembrando que "não lhe cabia culpa de nada por estar no cargo fazia pouco tempo" (CANDIDO, 2007, p. 86), a repercussão negativa das apurações invariavelmente acabou repercutindo no Conselheiro, então responsável pela alfândega, que foi demitido pelo governo no dia 20 de novembro de 1862.

Após o episódio da alfândega, Tolentino iria amargar quase 10 anos afastado da vida pública. Seu retorno ocorreria somente em 1871, quando foi novamente nomeado para o Conselho Fiscal da Caixa Econômica. Tal posto o levaria a ser nomeado presidente da Caixa Econômica em 1875, no que deu início a uma gestão de 13 anos à frente do banco estatal, fazendo de Tolentino "uma das principais figuras na definição, organização e funcionamento da Caixa", assim como no papel social que a instituição viria a desempenhar (CANDIDO, 2007, p. 111).3

Ao cabo, resta observar sobre o Conselheiro que

> "no meio da inépcia, indolência e filhotismo tão frequentes, ele pertencia ao núcleo de competência que tornou possível o funcionamento do Estado e deu ao Império um serviço público provavelmente singular na América Latina". (CANDIDO, 2007, p. 120)

Referências

CANDIDO, A. **Um funcionário da Monarquia - Ensaio sobre o segundo escalão**. 2ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007a. 196 p.

_____. Entrevista do autor. In: CANDIDO, A. **Um funcionário da Monarquia - Ensaio sobre o segundo Escalão**. 2ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007b. p. 196.

MANZATTO, R. Conselheiro Tolentino, um funcionário da Monarquia. **Informações Fipe**, São Paulo, n. 484, p.41-43, jan. 2021a.

_____. Conselheiro Tolentino, um funcionário da Monarquia (II). **Informações Fipe**, São Paulo, p. 45-47, fev. 2021b.

SCHWARCZ, L. M. Introdução ou sobre segundos escalões. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, 14, n. 11, p. 82-95, 2009.

1 Ver Manzatto (2021a e 2021b).

2 Vale observar, como destaca Lilia Schwarcz, que o trabalho de Antonio Candido sobre Tolentino também constitui uma espécie de paradigma de sua obra como pesquisador. "A obra *Um funcionário da monarquia* é assim um bom exemplo de como uma produção abrangente como a de Antonio Candido não se prende a etiquetas fáceis e invade terrenos. Aqui lemos a obra de um historiador dos mais perspicazes, mas também o resumo de uma interpretação que foi se conformando a cada novo livro. No caso deste livro, voltamos ao pensamento de Antonio Candido a partir de várias pistas: o favor, a intimidade como moeda, o radical. Aqui a história serve como suporte para pensar em interpretações de mais alto alcance e não se limita a repisar um caso isolado". (SCHWARCZ, 2009, p. 95)

3 A longa carreira burocrática de Tolentino incluiria ainda o cargo de diretor da Academia Imperial de Belas-artes, posição que ocuparia até pouco tempo antes de falecer.

(*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP-USP).
(E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).

De Volta ao Café. Os Cafeicultores de Ribeirão Preto na Crise de 1929

Luciana Suarez Galvão (*)

O ano de 1929 foi um ano difícil. Historiadores econômicos são unânimes em afirmar isso, muitos dos quais associando tal dificuldade à quebra da Bolsa de Nova Iorque e seus impactos na economia mundial. Todavia, para aqueles estudiosos da economia nacional, 1929 não foi difícil somente por conta da crise financeira internacional, mas também por outros dois acontecimentos: um relacionado ao nosso principal produto de exportação, o café, e outro de caráter político. Comecemos pelo primeiro.

Desde 1906, o governo, primeiro o estadual paulista e depois o federal, fazia intervenções no mercado de café. Num primeiro momento, tais intervenções eram pontuais, tendo ocorrido em 1906, 1917 e 1921. Mas a partir de 1921, a defesa do café tornou-se um programa permanente, sendo nesse sentido esclarecedora a fala do ex-presidente Epitácio Pessoa, citada por Delfim Netto:

> O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil. (*Apud* DELFIM NETTO, 1981, p. 109)

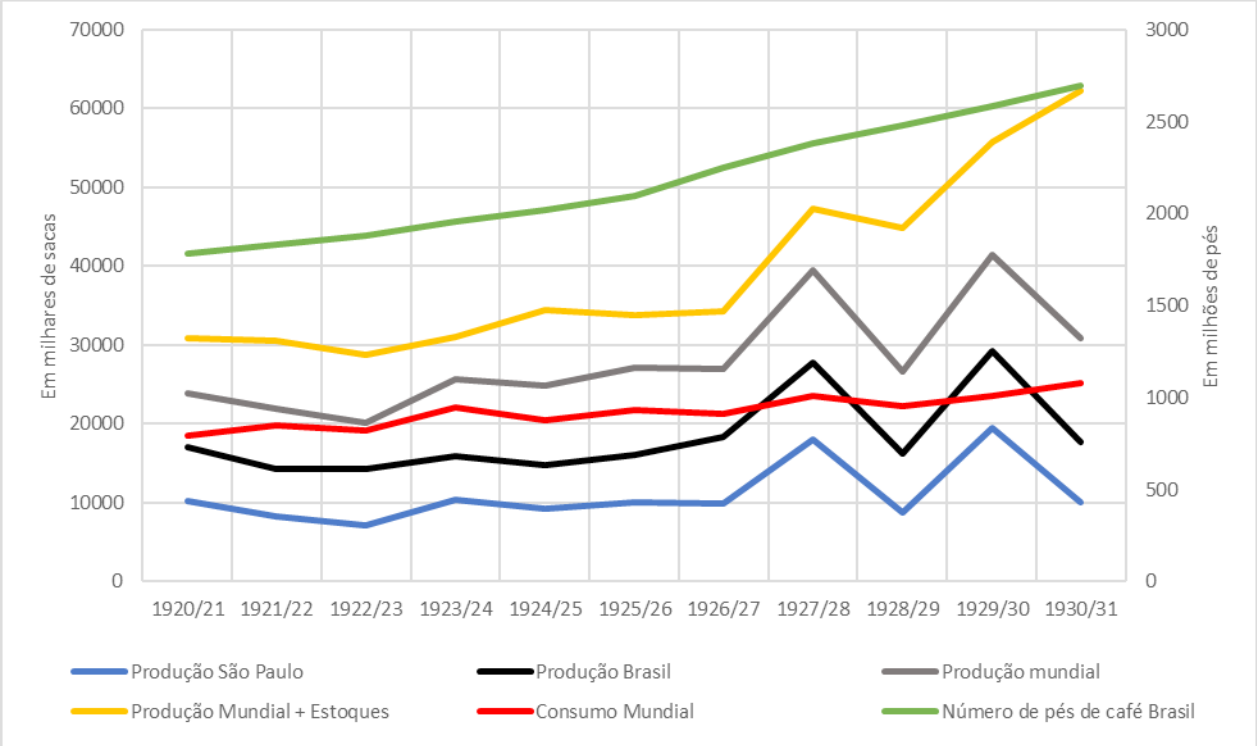
O novo programa de defesa funcionava de forma diferente da defesa anterior. No período da defesa episódica, o governo – fosse ele estadual ou federal – comprava sacas de café e formava um estoque regulador, que era vendido posteriormente. Os custos da formação e da manutenção desses estoques ficavam a cargo da própria operação, ou seja, dos governos ou agentes envolvidos na operação. No caso da defesa permanente, o governo deixava de assumir qualquer responsabilidade pelos cafés comprados, que eram mantidos em armazéns reguladores no interior dos Estados produtores, sendo o custeio dessa operação repassado aos próprios produtores, que contavam com o apoio do Banco do Estado de São Paulo para adiantamento de valores usando como garantia o café depositado nos armazéns. O mencionado banco era de fato o braço financeiro do Instituto Paulista do Café, cujo presidente era também o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. (Cf. BACHA, 1992, p. 47) Segundo Delfim Netto,

> É preciso considerar-se com cuidado a diferença entre esta nova fase da defesa e as anteriores. Até aqui as intervenções tinham tomado o caráter de medida de salvação da lavoura [...]; eram tomadas já quando a situação do mercado cafeeiro era suficientemente grave e mesmo assim só depois de muita discussão e oposição [...] Ora, a ideia da defesa permanente era exatamente o oposto. (DELFIM NETTO, 1981, p. 125)

Todavia, o que era para ser uma operação de socorro à lavoura acabou se tornando um verdadeiro incentivo para a expansão desenfreada das plantações. O governo havia enviado um sinal claro aos produtores e ao mercado internacional, que sempre interferiria caso houvesse uma queda

significativa de preços. Como resultado, temos o crescimento tanto da produção brasileira como da produção dos nossos principais concorrentes. O Gráfico 1 traz alguns dados sobre isso. Nele podemos ver a produção mundial de café, a produção brasileira, a produção paulista e, mais importante, o volume de café disponível no mercado mundial – produção somada com estoques – e o consumo mundial. No segundo eixo, o número de pés de café plantados em nosso país.

Gráfico 1 – Produção e Consumo de Café. Variáveis Selecionadas



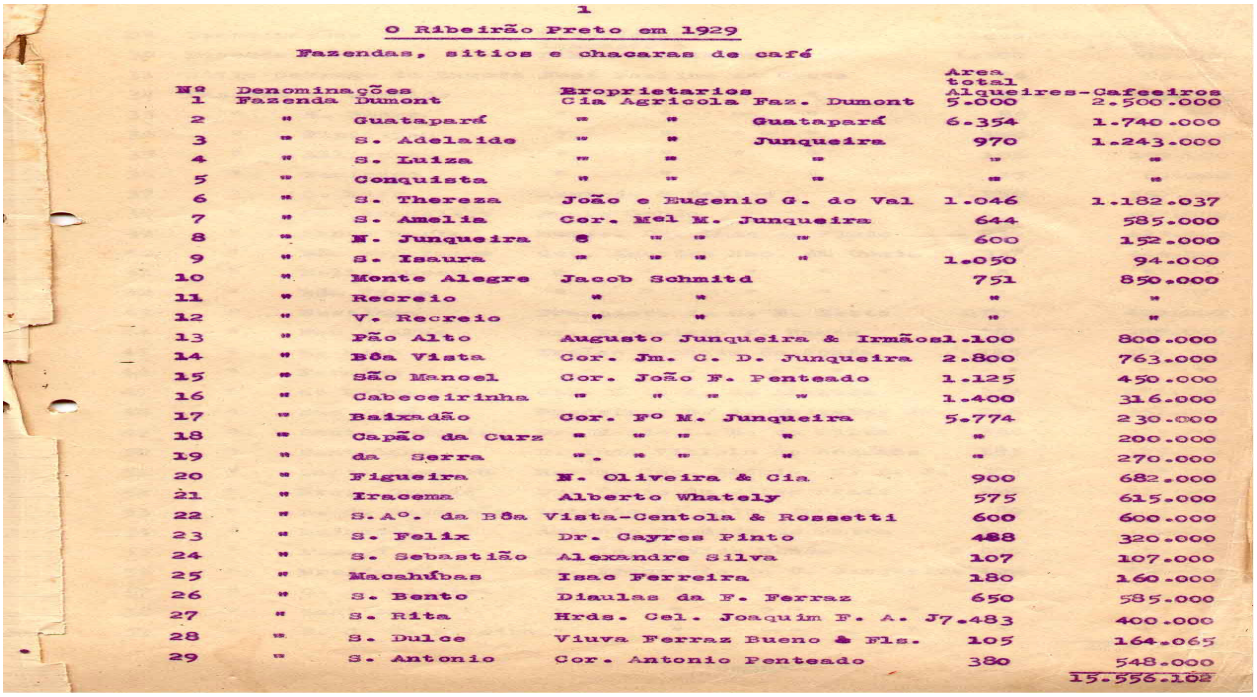
Fontes: IPEADATA; Martins e Johnston (1992, Apêndice Estatístico).

Ao observar o comportamento das curvas, ficam evidentes as distorções criadas pelas operações de defesa do governo brasileiro, em especial após o Estado de São Paulo assumir a administração do programa permanente. O amparo dado pelo Banco do Estado de São Paulo deu fôlego aos produtores, além de ter incentivado a expansão da fronteira produtora. Como consequência, e pensando sempre que nem todo café produzido anualmente era vendido no mercado, a produção e o volume de café disponível para comercialização e consumo foram se expandindo no mundo. Já o consumo não acompanhou essa expansão. Desde o início do período abarcado pelo gráfico, o consumo mundial esteve abaixo da produção mundial, e muito abaixo do montante disponível de café no mercado, considerando a produção somada aos estoques.

É nesse contexto que analisaremos a produção cafeeira e os produtores de café da cidade de Ribeirão Preto, no final da década de 1920, utilizando para isso duas fontes distintas. A primeira é uma lista de cafeicultores, datilografada, encontrada em uma das caixas de documentos avulsos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. A segunda é uma lista

contendo os maiores cafeicultores do município, publicada pelo *Almanach Illustrado* em 1913. Todavia, uma ressalva deve ser feita. Ainda que o *Almanach* tenha sido publicado em 1913, os dados referentes à produção agrícola foram extraídos do censo agrícola feito anos antes, em 1904/05. Dessa forma, temos listados os maiores cafeicultores da localidade em dois momentos do tempo, 1904/05 e 1929. Como ilustração, reproduzimos a seguir o cabeçalho da lista datilografada de 1929.

Figura 1 – Lista Datilografada dos Cafeicultores de Ribeirão Preto, 1929.



1

O Ribeirão Preto em 1929

Fazendas, sitios e chacaras de café

Nº	Denominações	Proprietarios	Area total Alqueires	Cafeeiros
1	Fazenda Dumont	Cia Agricola Faz. Dumont	5.000	2.500.000
2	" Guatapará	" " Guatapará	6.354	1.740.000
3	" S. Adelaide	" " Junqueira	970	1.243.000
4	" S. Luiza	" " "	"	"
5	" Conquista	" " "	"	"
6	" S. Thereza	João e Eugenio G. do Val	1.046	1.182.037
7	" S. Amelia	Cor. Mel M. Junqueira	644	585.000
8	" M. Junqueira	" " " "	600	152.000
9	" S. Isaura	" " " "	1.050	94.000
10	" Monte Alegre	Jacob Schmitd	751	850.000
11	" Recreio	" "	"	"
12	" V. Recreio	" "	"	"
13	" Pão Alto	Augusto Junqueira & Irmãos	1.100	800.000
14	" Bôa Vista	Cor. Jm. C. D. Junqueira	2.800	763.000
15	" São Manoel	Cor. João F. Penteado	1.125	450.000
16	" Cabeceirinha	" " " "	1.400	316.000
17	" Baixadão	Cor. Fº M. Junqueira	5.774	230.000
18	" Capão da Curz	" " " "	"	200.000
19	" da Serra	" " " "	"	270.000
20	" Figueira	M. Oliveira & Cia	900	682.000
21	" Iracema	Alberto Whately	575	615.000
22	" S.Aº. da Bôa Vista	Centola & Rossetti	600	600.000
23	" S. Felix	Dr. Cayres Pinto	488	320.000
24	" S. Sebastião	Alexandre Silva	107	107.000
25	" Macahúbas	Isac Ferreira	180	160.000
26	" S. Bento	Diaulas da F. Ferraz	650	585.000
27	" S. Rita	Hrds. Cel. Joaquim F. A.	7.483	400.000
28	" S. Dulce	Viuva Ferraz Bueno & Fls.	105	164.065
29	" S. Antonio	Cor. Antonio Penteado	380	548.000
				15.556.102

Fonte: Documentos avulsos. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto foi durante muitos anos o centro da cafeicultura nacional. Localizada em uma área de terras férteis adequadas para o cultivo do café, a cidade recebeu os trilhos da Companhia Mogiana em 1883. Mas o café não esperou a chegada dos trilhos para se desenvolver. Vários cafeicultores, alguns vindos de outras regiões e outros já instalados no Oeste Paulista, introduziram o cultivo da rubiácea por volta dos anos de 1860. A partir daí, a cafeicultura começou a dominar os espaços de terra roxa, sendo sua disseminação impulsionada pelo bom desempenho do produto no mercado internacional.

Como pode ser observado na Tabela 1, onze foram os produtores destacados pelo *Almanach.* Muitos desses fazendeiros apareceram também na lista dos maiores produtores de terras, analisada no artigo publicado neste mesmo Boletim em novembro de 2020. Dentre os produtores listados, destacamos nomes tradicionais ligados à cafeicultura paulista, tais como os Prado e os Junqueira, duas mulheres, Iria Alves Ferreira e Francisca do Val, além de Francisco Schmidt, também conhecido como *Rei do Café.*

Francisco Schmidt era um imigrante alemão que chegou ao Brasil ainda criança, numa das primeiras levas de imigrantes, em 1858. Como colono conseguiu amealhar certo capital, que permitiu que ele comprasse um armazém de secos e molhados na cidade de Descalvado, até que em 1889 ele vendeu o armazém e

comprou sua primeira fazenda, em Santa Rita do Passa Quatro. No ano seguinte, vendeu a propriedade e comprou outra fazenda, na próspera região cafeicultura de Ribeirão Preto, a Monte Alegre. A Monte Alegre foi o ponto de partida para a expansão dos negócios de Francisco Schmidt. No final do século XIX, o imigrante alemão possuía doze fazendas na região de Ribeirão Preto, o que certamente garantiu a sua presença tanto na tabela de maiores proprietários de terra como na relação ora apresentada, de maiores cafeicultores.

Além de Schmidt, destacamos também a Companhia Agrícola Dumont, fundada por Henrique Dumont. Nascido em Diamantina, era filho de François Dumont, um parisiense que emigrou para o Brasil na primeira metade do século XIX com mulher e três filhos ainda pequenos, entre eles Henrique. Com a morte do pai, Henrique foi colocado pelo padrinho em um colégio interno no Rio de Janeiro, seguindo para a França, onde se tornou engenheiro. De volta ao Brasil, foi trabalhar em Ouro Preto, onde se casou em 1856. Após o casamento, trabalhou com o sogro, que também era fazendeiro. Construiu um trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil e para isso mudou-se com a família para Barbacena, e lá nasceu seu filho Alberto, em 1873. Deixando a engenharia, passou a administrar a fazenda de seu sogro, em Casal, nas proximidades de Valença no Vale do Paraíba fluminense. Em 1879, transferiu-se para a província de São Paulo, trazendo cerca de 80 escravos e 300:000$000. Em Ribeirão Preto, sua fazenda era bem aparelhada, possuindo, inclusive, um ramal férreo para facilitar o transporte de café entre as várias etapas da produção. Morreu em 1892, sendo tempos depois a fazenda vendida a um grupo inglês, que formou a Dumont Coffee Co. (Cf. FICHA 2503)

Outros nomes que merecem destaque são os da família Junqueira e o de Martinho Prado Júnior. Os Junqueira são uma tradicional família do Oeste Paulista; já os Prado Júnior chegaram depois, acompanhando a expansão da fronteira cafeicultora paulista proporcionada pelo advento da ferrovia.

Tabela 1 – Maiores Produtores de Café de Acordo com a Estatística Agrícola de 1904/05

Produtor	Número de pés de café	Produção (em sacas)	Média da produção por mil pés de café (em sacas)	Média da produção por mil pés de café (em arrobas)
Coronel Francisco Schmidt (incluindo Sertãozinho)	6.075.500	101.425	16,69	66,78
Companhia Agrícola Dumont (incluindo Sertãozinho)	3.999.990	77.500	19,38	77,50
Dr. Martinho Prado Júnior (herdeiros)	2.112.700	40.000	18,93	75,73
D. Francisca do Val	977.000	15.000	15,35	61,41
Coronel Manoel Maximiano Junqueira	696.000	12.500	17,96	71,84
D. Iria Alves Ferreira	693.000	12.000	17,32	69,26
Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	650.000	12.500	19,23	76,92
Coronel Joaquim Firmino Diniz Junqueira	634.400	12.500	19,70	78,81
Coronel Francisco Maximiano Junqueira	624.859	10.750	17,20	68,82
Macedo & Souza	600.000	10.500	17,50	70,00
Uchôa & Irmão	500.000	10.000	20,00	80,00
	17.563.449	**314.675**	**17,92**	**71,67**

Fonte: Almanach Illustrado de Ribeirão Preto (1913).

Grandes proprietários de terras, os Junqueira estão presentes na região desde pelo menos a primeira metade do século XIX, dedicando-se primeiramente à criação de gado, e depois ao plantio da cana-de-açúcar e à produção de café. Com o passar dos anos, passaram também a ser figuras importantes na política local, sem, contudo, deixar de produzir o *ouro verde*. Prova disso é a presença de tantos integrantes dessa família entre os maiores produtores de café do município, entre os quais podemos encontrar os nomes de Manoel Maximiano Junqueira, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Joaquim Firmino Diniz Junqueira e Francisco Maximiano Junqueira.

Martinho Prado Júnior era filho de Martinho Prado e Veridiana Prado, nascido em 1843 na fazenda Campo Alto, em Mogi Mirim. Em 1848, mudou-se com seus pais para a cidade de São Paulo, formando-se bacharel em direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Casou-se em janeiro de 1868 com Albertina Morais Pinto, com quem teve doze filhos. Em 1868, passou a administrar algumas fazendas de seu irmão, o conselheiro Antonio Prado. No final da década de 1870, visitou a região de São Simão e Ribeirão Preto, onde adquiriu pouco tempo depois uma fazenda, batizando-a de Albertina, em homenagem a sua esposa. A fazenda Albertina foi o ponto de partida para a expansão dos seus negócios na região de Ribeirão Preto (Cf. LEVI, 1977).

Chama atenção o fato de haver na tabela duas mulheres: Francisca do Val e Iria Alves Ferreira.

Francisca do Val era proprietária da Fazenda Santa Theresa, administrada por Theotonio Monteiro de Barros. Francisca não vivia em Ribeirão, mas sim em São Paulo, e deixava a administração de seus negócios a cargo de Monteiro de Barros. (IMPRESSÕES do Brasil do Século XX, 1913, p. 351)

Se Francisca não cuidava dos negócios de sua fazenda, o mesmo não pode ser dito de Iria Alves Ferreira, também conhecida como *Rainha do Café.* Iria era casada com um importante integrante dos Junqueira, e ao ficar viúva assumiu por completo a administração dos negócios da família. Muito respeitada pela elite local, financiou diversas obras assistenciais, além de ter contribuído para a construção da nova catedral metropolitana. Rodeada de importantes nomes (dentre os quais destaca-se o irmão do então presidente Hermes da Fonseca), ela pode ser vista na Figura 2. (Cf. BOTELHO, 1911)

Figura 2 – Iria Alves Ferreira, Família e Amigos, 1911

O irmão do Presidente da Republica Dr Fonseca Hermes visita a fazenda Pau-Alto. | Le frère du Président de la République visite la propriété de Pau-Alto.

1, Dr Fonseca Hermes. — 2. Dona Iria. — 3. Coronel Piedade. — 4. Dr Francisco Junqueira. — 5. Mme Innocencia Junqueira — 6. Augusto Junqueira. — 7. Mlle Zica Junqueira. — 8. Alexandre Silva, administrador geral. — 9. Gabriel Junqueira.

Fonte: Brazil Magazine (1911).

O cenário descrito pela Tabela 1 era um cenário de abundância. Como mencionado no início do presente texto, as primeiras décadas do século XX foram importantes para o desenvolvimento da cafeicultura nacional. O café vivia um bom momento. As operações de defesa organizadas pelo governo, fosse ele paulista ou federal, davam a segurança de socorro aos produtores sempre que os preços apresentavam forte tendência de queda no mercado internacional. Todavia, ainda que as operações de defesa tenham sido bem-sucedidas, isso não quer dizer que a atividade cafeeira não sofreu abalos ao longo dos pouco mais de vinte anos que separam o censo agrícola de 1904/05 da lista datilografada de cafeicultores ribeirão-pretanos em 1929. Períodos como a Primeira Guerra Mundial ou o advento da geada de 1918 certamente afetaram a atividade, mesmo com o socorro governamental.

E como será que esses grandes produtores ribeirão-pretanos chegaram ao final dos anos de 1920? Seriam as mesmas famílias e mesmas companhias agrícolas na tabela dos maiores produtores em 1929? A fim de responder a tais questões, apresentamos a Tabela 2, que lista os maiores produtores de café de Ribeirão Preto com base na lista datilografada de 1929.

Tabela 2 – Os Maiores Produtores de Café. Ribeirão Preto, 1929

Proprietário	Fazenda	Área total	Cafeeiros
Cia Agrícola Faz. Dumont	Fazenda Dumont	5.000	2.500.000
Cia Agrícola Guatapará	Fazenda Guatapará	6.354	1.740.000
Cia Agrícola Junqueira	Fazenda S. Adelaide	970	1.243.000
	Fazenda S. Luiza		
	Fazenda Conquista		
João e Eugenio G. do Val	Fazenda S. Thereza	1.046	1.182.037
Jacob Schmidt	Fazenda Monte Alegre	751	850.000
	Fazenda Recreio		
	Fazenda V. Recreio		
Augusto Junqueira e irmão	Fazenda Pão Alto	1.100	800.000
Cor. Joaquim C. D. Junqueira	Fazenda Boa Vista	2.800	763.000
N. Oliveira & Cia	Fazenda Figueira	900	682.000
Alberto Whately	Fazenda Iracema	575	615.000
Centola & Rossetti	Fazenda Santo Antonio da Boa Vista	600	600.000
	Soma	**20.096**	**10.975.037**

Fonte: Lista datilografada dos cafeicultores de Ribeirão Preto, 1929. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

À primeira vista, já notamos algumas diferenças. Ainda que as grandes companhias agrícolas da cidade continuam presentes na relação, novos nomes aparecem com certo destaque, como os de Alberto Whately, Centola & Rossetti e N. Oliveira & Cia. Não vemos mais o nome de Francisca do Val, ou de Iria Alves Ferreira. No caso de Francisca do Val, podemos ver seus herdeiros, João e Eugenio Gomes do Val. O mesmo aconteceu no caso de Francisco Schmidt. Com sua morte em 1924 e posterior dissolução de sua companhia agrícola, vemos na Tabela 2 o nome de seu filho, Jacob, possuidor de três fazendas, a Monte Alegre, a Recreio e a V. Recreio que, somadas, possuíam um total de 850.000 pés de café. Um número pequeno se comparado ao que possuía o *Rei do Café* no auge de sua atividade, quando suas doze fazendas possuíam mais de três milhões e meio de pés de café. (Cf. MORAES, 1980, p. 70)

Mas existem outras diferenças importantes entre as duas tabelas. Em 1904/05, os onze principais produtores de café possuíam 17.563.449; já na lista de 1929, os dez principais produtores possuíam tão-somente 10.975.037 pés de café. Ao que tudo indica, mais pessoas passaram a produzir café na cidade, diminuindo a concentração da posse dos cafezais. A lista de 1929 possui 237 produtores listados, muitos dos quais possuidores de propriedades e cafezais bem diminutos.

Análises mais aprofundadas sobre a lista de cafeicultores de 1929 ainda precisam ser feitas. Todavia, com as observações preliminares ora apresentadas já se pode dizer que todo aquele cenário, em alguns aspectos bem conturbado da cafeicultura nas primeiras décadas de 1920, deixou suas marcas na estrutura produtiva cafeeira em Ribeirão Preto. Sucessões familiares, entrada de novos produtores, diminuição do tamanho médio de propriedades e cafezais foram alguns aspectos já identificados. Mas como mencionado anteriormente,

análises mais aprofundadas ainda precisam ser feitas. Tema para nossos próximos boletins.

Referências

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1913.

BACHA, E. L. Política brasileira do café. Uma avaliação centenária. In: MARTINS, M.; JOHNSTON, E. 150 anos de café. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992.

BOTELHO, M. Ribeirão Preto "Le pays du café". **Brazil Magazine**. Paris, 1911.

DELFIM NETTO, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1981.

FICHA 2503. **Museu do Café de Ribeirão Preto**. Arquivo.

IMPRESSÕES do Brasil no Século XX. Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

LEVI, Darrell E. **A família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

MARTINS, M.; JOHNSTON, E. 150 anos de café. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **A Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, 1980.

(*) Professora Associada do Instituto de Estudos Brasileiros e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambos da Universidade de São Paulo. Membro do HERMES & CLIO – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica do Departamento de Economia da FEA/USP. (E-mail: lsgalvao@usp.br).